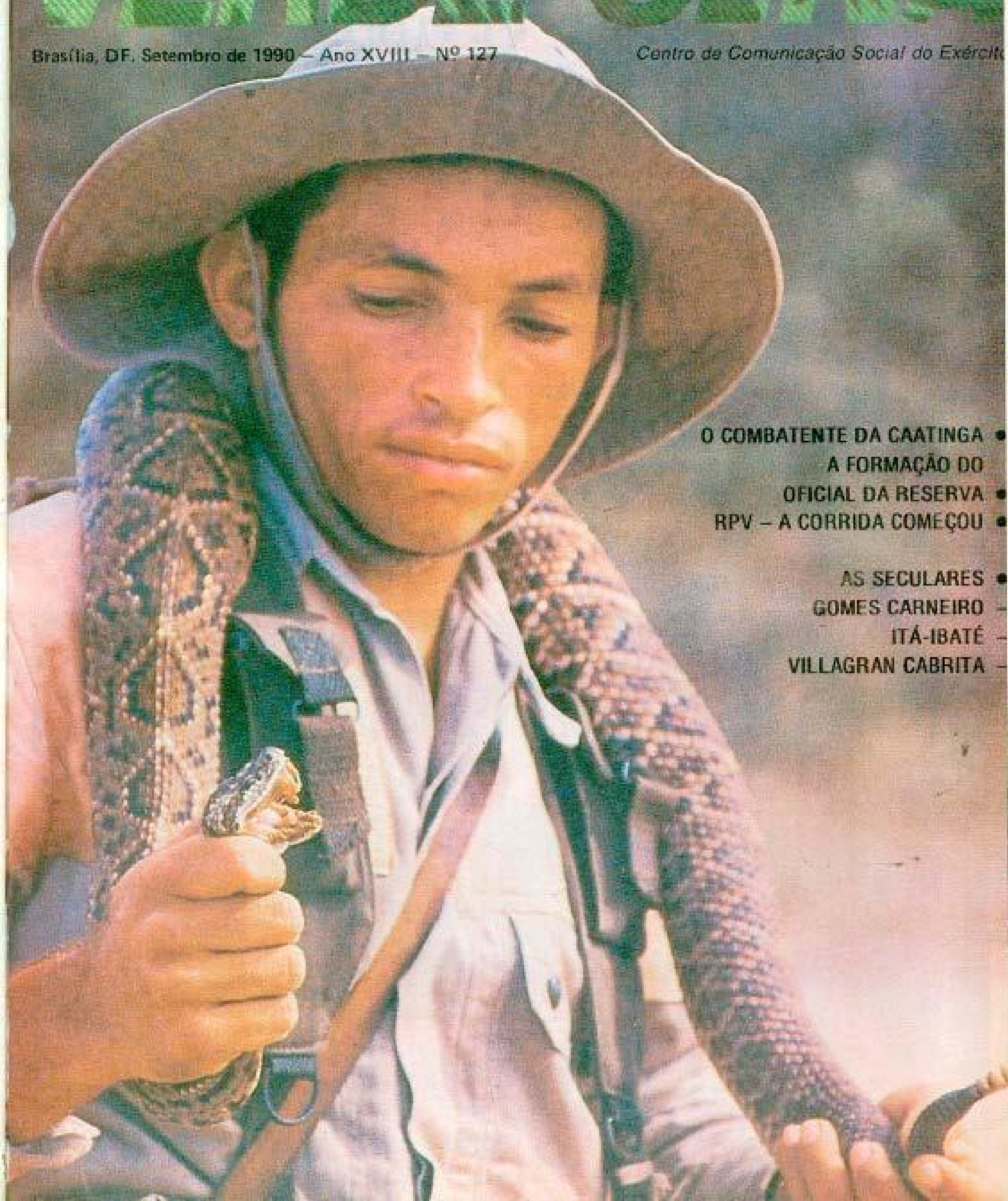
VERDE-OLIVA

Brasília, DF, Setembro de 1990 – Ano XVIII – Nº 127

Centro de Comunicação Social do Exército



O COMBATENTE DA CAATINGA •
A FORMAÇÃO DO OFICIAL DA RESERVA •
RPV – A CORRIDA COMEÇOU •
AS SECULARES •
GOMES CARNEIRO –
ITÁ-IBATÉ –
VILLAGRAN CABRITA –

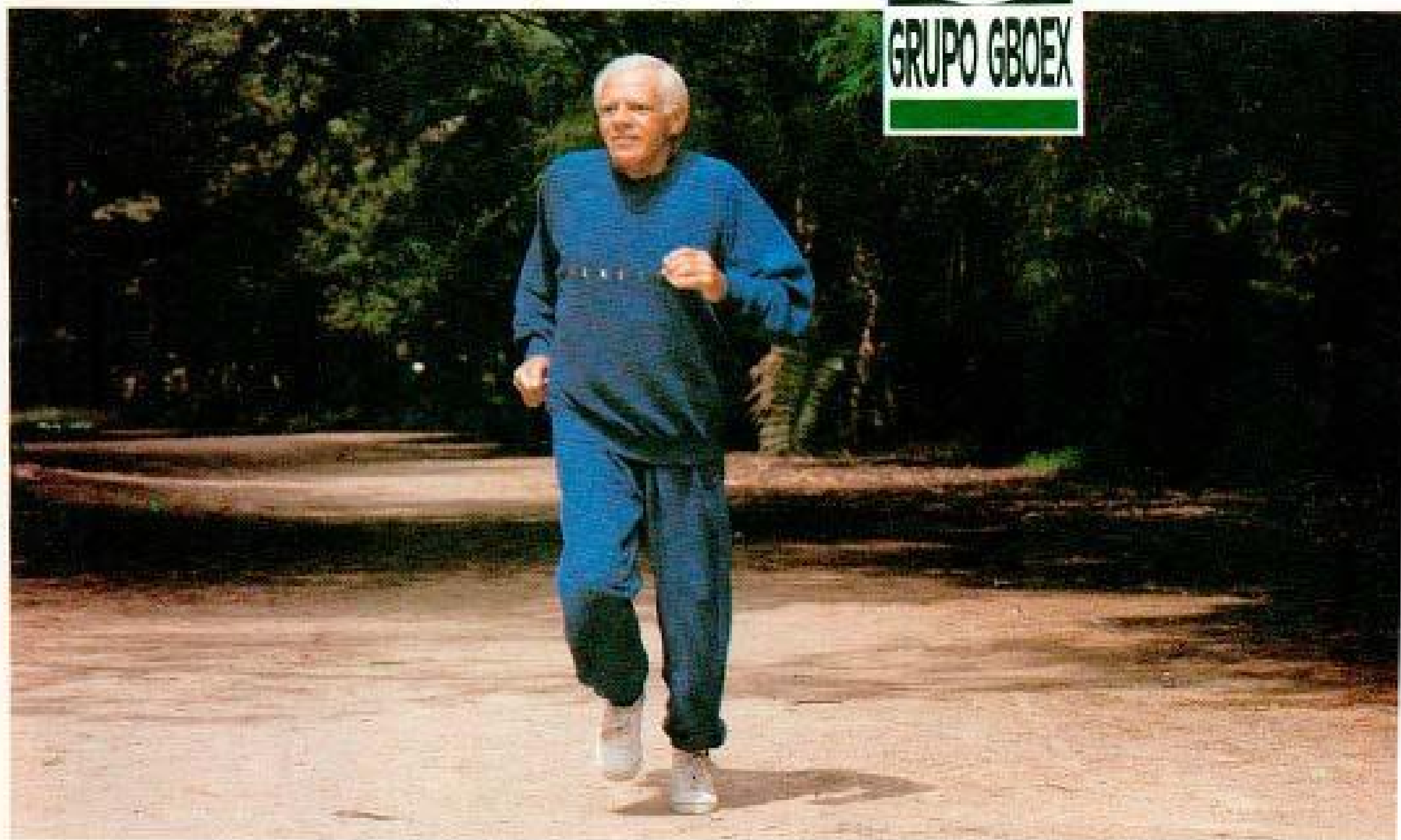
COM O GBOEX VOCÊ SEMPRE TEM FUTURO.

O GBOEX tornou-se a maior empresa de Previdência Privada da América Latina porque participa ativamente das mudanças que buscam aprimorar a qualidade de vida do homem. Toda sua agilidade e eficiência resultam em sólidos benefícios para seus associados. Por isso, tem sempre novidades nos seus planos de pecúlio, seguros (de vida, incêndio, acidentes e de veículos), além dos planos de saúde que prevêem reembolso e assistência médica completa.

Conheça uma destas iniciativas. O GBOEX ampliou o seu plano especial de Pecúlio por Faixa Etária para militares de até 70 anos de idade. Da ativa ou da reserva. Sem discriminação. Nenhum outro plano faz isso.

Confiança no presente. Segurança no futuro.





VERDE-OLIVA
Centro de Comunicação Social do Exército

NOSSO ASSUNTO

Nesta edição, a Verde-Oliva apresenta um combatente pouco conhecido. Na capa, com seu uniforme característico, o soldado da caatinga demonstra a confiança e a tranqüilidade necessárias no trato com os perigos existentes em sua área de atuação. Trata-se do homem que, anualmente, é incorporado, instruído e preparado, pelo 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, para as operações no sertão nordestino.

Na seção Diretorias, estão sendo enfocadas a do Serviço Geográfico e a de Recuperação.

Abre-se, neste número, uma nova seção: As Seculares. Nela, serão publicados dados sobre as Unidades que possuam mais de cem anos de existência, particularmente os de cunho histórico. Começamos pelos Batalhões ITÁ-IBATÉ, GOMES CARNEIRO e VILLAGRAN CABRITA.

Ainda, ligada à história, é complementada a matéria sobre os Fortes de Salvador-BA, que foi iniciada no número 126.

No assunto desporto, a abordagem da competição entre as Escolas Preparatórias das Três Forças proporciona ao leitor o conhecimento de uma competição que, há mais de vinte e cinco anos, ininterruptamente, contribui para a integração entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.

Eis o número 127 da nossa revista, edição de setembro — mês da Semana da Pátria, do Dia da Árvore, do início da primavera, enfim, mês de mais uma VO.

SUMÁRIO

N A E 3

OS FORTES DE SALVADOR/BA 4

A I D S 7

AS SECULARES
7º Batalhão de Infantaria Blindado e 8º Batalhão de Infantaria Motorizado 10
Batalhão Villagran Cabrita 12

O SEU EXÉRCITO
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx). 15
72º Batalhão de Infantaria Motorizado 16
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva 19

VERDE-OLIVA NA ECOLOGIA 22

R P V – O PRIMO COMBATENTE DO ZANGÃO 24

DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO 26

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO 29

SISTEMA DE DOUTRINA BASICA DA FORÇA TERRESTRE 31

RICARDO FRANCO e o FORTE DE COIMBRA 32

NOSSA CAPA



Foto de Carlos Lorch - do Livro "GARRA"



Combatente de caatinga. Destaque-se como inovação o barrilote

EXPEDIENTE

VERDE-OLIVA
Publicação quadrimestral do Centro de Comunicação Social do Exército (C Com S Ex). Redação, Administração e Distribuição: C Com S Ex/QG Ex — Bloco B — Térreo — SMU. Brasília/DF — CEP 70630 — Tels.: 223-6730, 223-2859 e 321-4747 R/2569, 2750, 2744 e 2755.

Impressão: Editora Gráfica Ipiranga Ltda.
SIG Quadra 06 — Lote 2.280 — Tel.: (061) 321-6644 — Brasília-DF
Tiragem: 25.000 exemplares.
Circulação dirigida (no país e no exterior).
É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ESSA EU USO E GARANTO



Fittipaldi



NAE

INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA

O desporto tem sido uma atividade que, através dos tempos, vem congregando os povos.

Por meio dele, têm-se reunido dirigentes e atletas de várias nacionalidades, ideologias e credos, irmanados pelo interesse comum de participar da disputa.

As Forças Armadas valem-se, também, dessa atividade para promover a sua integração. Desse modo, sob a coordenação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), são realizadas competições esportivas com este objetivo.

O SURGIMENTO DA NAE

Com a instituição da competição anual entre as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica — a NAVAMAER — em 1962, despertou-se, no Colégio Naval e na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, o interesse em desenvolver atividade semelhante, a seu nível.

Nessa ocasião, a Escola Preparatória de Campinas, atual EsPCEx, encontrava-se desativada, permanecendo nessa situação até o princípio de 1964.

Com a sua reativação, foi planejada uma competição, entre as três Escolas, conduzida pelo EMFA, com a denominação de NAE.

Esta denominação deriva-se do aproveitamento das iniciais de Naval, Aeronáutica e Exército, nos moldes da formação da sigla NAVAMAER (Naval, AMAN e Aeronáutica). Coube à EsPCEx a honra de sediar a primeira NAE.

Desde então, ano a ano, sem interrupção, vem sendo realizada a NAE, com todo o brilho de uma grande competição e todo o sucesso próprio das coisas que foram criadas para dar certo.



Premiação de concorrentes das três Forças — 25ª NAE, 1989

A cada ano, no mês de setembro, por critério de escala, uma das três Escolas sedia a competição que, tendo, em sua primeira execução, contado com a disputa de Voleibol, Basquetebol e Futebol de Salão, atualmente envolve 321 atletas participantes de 8 modalidades desportivas.

O quadro a seguir ilustra o resultado de cada NAE durante a década de 80.

ANO	ATLET	BASQ	FUT	JUDÔ	NAT	TIRO	VOL	TRIATLO
XVI — 80	EsPCEx	EsPCEx	EsPCEx	CN	CN	EPCAr	EPCAr	—
XVII — 81	EPCAr	EsPCEx	EsPCEx	EPCAr	CN	EsPCEx	EsPCEx	—
XVIII — 82	EPCAr	CN	EPCAr	EPCAr	CN	EsPCEx	CN	—
XIX — 83	CN	EsPCEx	EsPCEx	CN	EPCAr	EsPCEx	CN	—
XX — 84	EsPCEx	EsPCEx	EPCAr	CN	EPCAr	EPCAr	CN	CN EsPCEx
XXI — 85	EPCAr	EPCAr	EPCAr	CN	EPCAr	EsPCEx	EPCAr	CN
XXII — 86	EsPCEx	EsPCEx	EsPCEx	CN	EPCAr	EsPCEx	EPCAr	EPCAr
XXIII — 87	EsPCEx	EPCAr	EPCAr	EsPCEx	EsPCEx	EsPCEx	EPCAr	EsPCEx
XXIV — 88	CN	CN	CN	EsPCEx	EsPCEx	EsPCEx	EPCAr	EsPCEx
XXV — 89	EPCAr	EPCAr	CN	EsPCEx	EPCAr	EsPCEx	EPCAr	EsPCEx

NAE — UM QUARTO DE SÉCULO SEM INTERRUPÇÃO

OS FORTES DE SALVADOR/BA

(conclusão do número 126)

FORTE DE SANTO ANTONIO DA BARRA

Com suas primeiras fortificações construídas por Dom Manuel Telles Barreto, entre 1583/1587, está situado em frente à barra da Baía de Todos os Santos, no local inicialmente conhecido como Ponta do Padrão, por ter sido aí plantado um marco assinalador da posse pelo rei de Portugal, em 1501. Atualmente, é conhecido como o "Farol da Barra", devido à existência de um farol em seu interior.

Sua missão era dificultar a entrada na barra e impedir, juntamente com o Forte de Monte Serrat, o desembarque no porto e praias vizinhas. No final do século XVI, esses dois fortes tinham a missão de defesa contra qualquer ataque por mar; por essa razão, suas guarnições eram as únicas pagas pela Coroa.



Forte de Santo Antonio da Barra

Durante a invasão holandesa, em 1624, possuía o maior canhão da Bahia.

Em 1896, foi instalado o primeiro farol. O atual foi construído em 1936.

Nos dias de hoje, funciona em suas instalações o Museu de Hidrografia e Navegação.

FORTE DE SANTA MARIA

Está situado na parte sul da cidade, em uma pequena enseada do Porto da Barra. Não se sabe exatamente a data de sua construção, mas, já em 1624, os holandeses desembarcavam nesse local sem resistência.

Supõe-se que seja do mesmo período do Forte São Diogo, já que a sua finalidade era impedir novos desembarques, o que foi conseguido quando da segunda tentativa de invasão holandesa.

Em 1837/38, também foi ocupado pelos rebeldes da Sabinada.

Atualmente, funciona como sede da Sociedade dos Amigos da Marinha, seção Salvador.



Forte de Santa Maria

FORTE DE SÃO PAULO DA GAMBOA

Inaugurado em 1722, era uma extensão para o mar do Forte de São Pedro, ao qual se ligava por uma longa linha de trincheiras.

Do porto que possuía, parte da tropa do Gen Madeira foi embarcada para a Europa, no dia 2 de julho de 1823.

Foi nesse forte que, em 1875, instalou-se o canhão Armstrong calibre 250, pesando 13 toneladas, o maior e o primeiro desse fabricante no Brasil. Esse canhão só deu um tiro.

FORTE DO MAR OU SÃO MARCELO

Datado de 1650, é o único que está no mar, pois é localizado em um banco de areia, no meio do ancoradouro do Porto de Salvador, em frente à parte mais antiga da cidade, a cerca de 300 metros da costa. Este seu afastamento da costa deveu-se ao receio de uma nova invasão holandesa.

Chegou a possuir, em 1759, cinqüenta e quatro peças de bronze e ferro.

Em 1837/38 aderiu à Sabinada. Em 1912, participou do bombardeio à cidade.

Serviu, também, como prisão política. Foi dele que se evadiu, em 1835, o chefe da Farroupilha, Bento Gonçalves.



Forte de São Marcelo

FORTE DE SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO

Esse forte teve sua origem em 1626, quando o governador Diogo Luíz de Oliveira mandou construir trincheiras no local. Não se sabe quando foi iniciada a construção do forte que substituiu aquelas trincheiras.

Sua função era impedir a penetração do inimigo, junto com o Forte do Barbalho, pela parte norte da cidade.

Essa fortaleza nunca chegou a participar de um episódio de guerra e, posteriormente, foi transformada na Casa de Detenção.



Forte de Santo Antonio Além do Carmo

NO PASSADO, NOTÁVEL EFICIÊNCIA

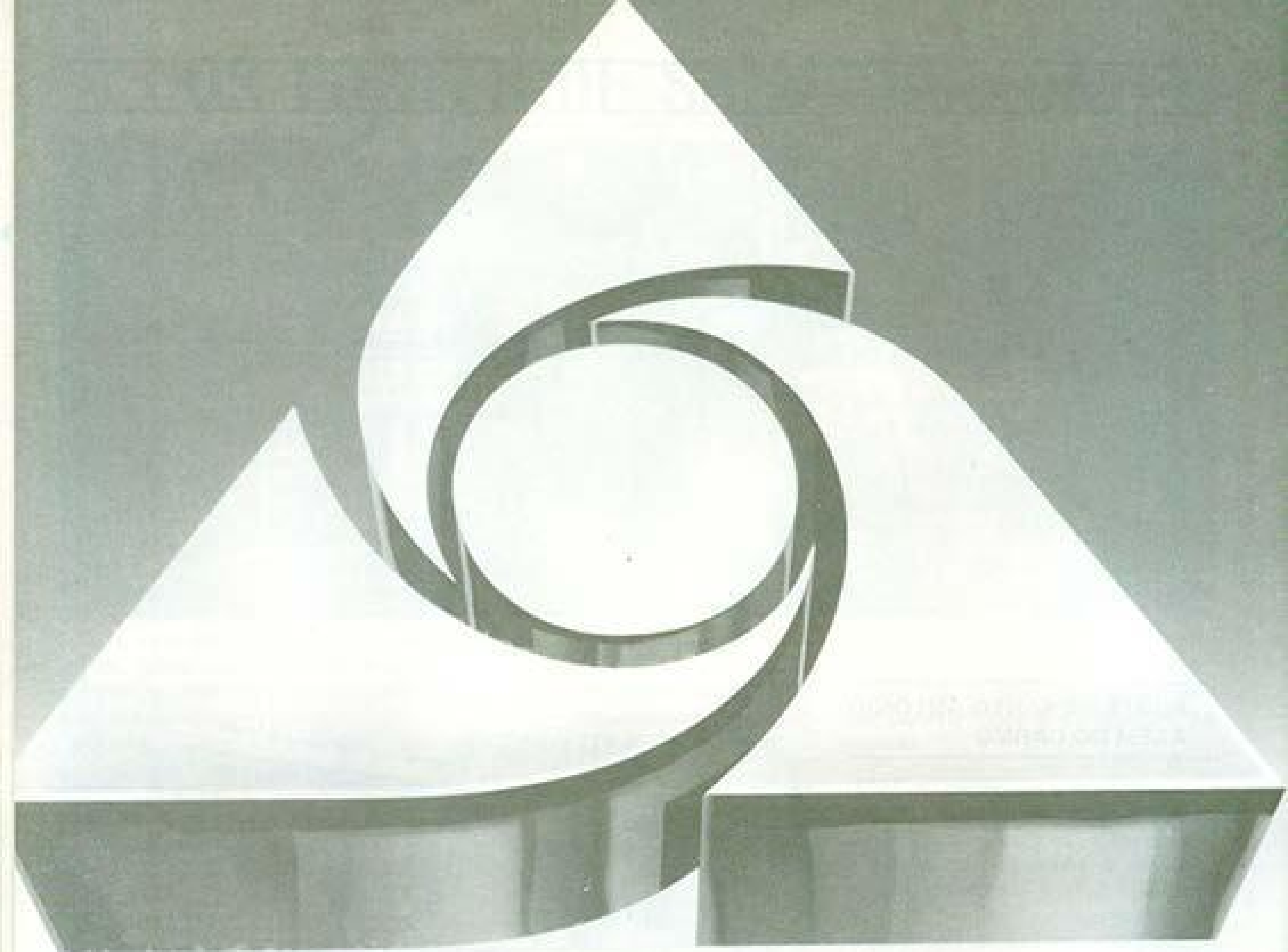
Deste modo, conforme relata a arquiteta Yumara Souza Pessoa no seu trabalho "História do Forte São Diogo", "em três séculos, do século XVI ao XVIII, ergueu-se em sítios estratégicos um sistema de defesa que se foi aperfeiçoando conforme os recursos e as necessidades, servindo-se das lições práticas de lutas sucessivas.

Essas obras da arquitetura militar chegaram a alcançar notável eficiência no século XVIII, tornando a Bahia perfeitamente defensável".

Os fortes, após a Proclamação da Independência, foram reaparelhados com equipamentos modernos. Entretanto, não mais foi necessário seu emprego contra qualquer ação estrangeira.

Este trabalho foi baseado nas seguintes fontes:

- *História do Forte São Diogo – Arquiteta Yumara Souza Pessoa*
- *Recuperação Devolve Beleza dos Fortes – Artigo do Professor Junot Silveira publicado no jornal "A TARDE", de 20/09/88*
- *Documentos do IPAC – Secretaria da Indústria e Comércio*
- *Fotografias cedidas pelo jornal "A TARDE", de Salvador/BA*



TRIÂNGULO PERFEITO.

Qualidade, tecnologia, diversificação de produtos.
Este trinômio faz da Alpargatas líder na fabricação
de confecções, calçados, artigos esportivos,
lonas e encerados, e outros produtos têxteis para
o mercado doméstico e de exportação.
As principais marcas da empresa são líderes nos
diferentes segmentos do mercado brasileiro.
Alpargatas, há mais de 80 anos gerando empregos
e divisas para o Brasil.

 **SÃO PAULO ALPARGATAS S.A.**

AIDS
COMBATA ESTE MAL

O QUE É A AIDS?

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida — AIDS — é uma doença causada por um vírus chamado HIV, que ataca o linfócito, célula do sangue responsável, em parte, pela defesa imunológica do organismo. Dessa forma, a pessoa fica debilitada e passa a apresentar infecções graves e tumores malignos.

QUAIS OS PRINCIPAIS SINTOMAS DA DOENÇA?

O diagnóstico da AIDS é essencialmente clínico. Somente o médico faz esse diagnóstico, levando em conta o conjunto de sinais e sintomas apresentados, a história clínica do doente e o exame físico.

Existem duas doenças que, associadas a outras sintomas, são bastante indicativas do seu diagnóstico:

- o "sarcoma de Kaposi", tumor de evolução grave e que causa lesões disseminadas no doente e
- a pneumonia causada por "pneumocystis carinii".

Como sintomas mais freqüentes, podem ser enumerados os seguintes:

- cansaço persistente, que não se relaciona com o esforço físico;
- grande perda de peso, sem motivo aparente;
- febres persistentes, acompanhadas de calafrios e suores noturnos, que se prolongam por várias semanas;
- diarréia freqüente;
- gânglios aumentados (ínguas) por todo o corpo;
- tosse seca, com duração maior do que aquela que acompanha os resfriados e diferente da provocada pelo hábito do cigarro;
- ferimentos ou lesões esbranquiçadas na boca, em grande quantidade.

É necessário lembrar que a ocorrência de um ou mais desses sintomas e sinais não indica, necessariamente, que a pessoa esteja com a doença, uma vez que a ocorrência deles é muito comum em outras enfermidades.

Mesmo o teste laboratorial, revelando a presença de anticorpos contra o vírus da AIDS no sangue, indica que a pessoa já esteve em contato com o vírus, mas não é suficiente para se fazer o diagnóstico. Enfim, o resultado positivo indica o contato com o vírus e não a doença propriamente dita.

COMO PROTEGER-SE?

Uma das formas de se defender de qualquer fato, ato ou experiência desagradável é conhecê-lo o bastante para poder evitá-lo. Assim, aconselha-se a que todos aprendam o mais que puderem a respeito do vírus HIV e das maneiras como o mesmo pode ou não ser transmitido e evitado.

Provavelmente, nenhuma outra doença levantou tantas dúvidas e crenças infundadas a seu respeito. Desde que começou a deixar de ser um problema exclusivo de seus principais grupos de risco — os homossexuais, os hemofílicos e os viciados em drogas endovenosas — a AIDS está se tornando um tema de inquietação na sociedade inteira. Por haver feito vítimas antes que a ciência pudesse explicar suas características ou conhecer sua causa, a doença suscitou dúvidas, principalmente sobre seus modos de transmissão e propagação. Cabe ressaltar que o isolamento do vírus só foi conseguido, nos Estados Unidos e na França, em 1984.

Quem suspeite ter contraído o mal não deverá recorrer aos familiares, aos amigos e conhecidos, na tentativa de obter esclarecimentos. São os médicos as pessoas capacitadas a prestar informações corretas.

Em havendo desconforto na procura do médico da família, deve-se recorrer aos serviços telefônicos especiais usados pela Secretaria de Saúde de vários Estados.

Comentemos algumas dúvidas mais comuns aos leigos:

— Há risco de contaminação no aperto de mão?

Desde que não haja escoriações e feridas, o vírus não é transmitido através da pele. Essa dúvida pertence ao mesmo grupo das que indagam sobre a possibilidade de contaminação no contato com maçanetas, vasos sanitários e corrimões. Nas estatísticas, realizadas por pesquisadores americanos e europeus, não há notícia de casos de AIDS contraída por esses meios.

— É possível a contaminação através da picada de insetos?

Não há evidência de que a picada de qualquer inseto possa transmitir a AIDS. De milhares de casos estudados no mundo não há registro de nenhum que se enquadre nessa causa.

— A freqüência a piscinas públicas e a motéis pode representar algum tipo de risco?

Até hoje, as pesquisas mais avançadas não registraram um único caso de contaminação pela água. Quando tratada, com concentração adequada de cloro, a água se transforma em ambiente hostil ao vírus que, dessa forma, não consegue sobreviver.

Quanto à freqüência a motéis, é também muito remota a possibilidade de contaminação. Primeiro, se houver sido substituída a roupa de cama, a chance será, praticamente, nenhuma; segundo, mesmo que tenha permanecido secreção deixada pelos ocupantes anteriores, haveria a necessidade da conjunção de dois fatores para a contaminação:

- que os ocupantes anteriores estivessem contaminados e
- que um dos elementos do casal ocupante apresentasse lesão na pele, por onde o vírus pudesse penetrar no organismo. Essa coincidência pode ser listada entre as ocorrências improváveis.

— Até que ponto o beijo pode ser considerado seguro?

O chamado beijo social, dado no rosto, não apresenta risco algum. Por outro lado, o beijo íntimo, trocado entre uma pessoa sadia e outra, portadora do vírus da doença, ainda não foi descartado co-

mo fator de risco. Há registro de encontro de vírus da AIDS em amostra de saliva de pacientes, mas, por outro lado, não se conhece caso de transmissão por este meio. Uma explicação para isso está no fato de que as concentrações de vírus na saliva são inferiores às encontradas no sangue.

— Os instrumentos odontológicos, as navalhas de barbeiros, os alicates de manicure, os aparelhos de tatuagem e as agulhas de acupuntura oferecem perigo?

Sim, oferecem, desde que contaminados pelo sangue de um doente. É preciso, porém, que a outra pessoa seja também cortada pelo objeto infectado. O perigo maior, advertem os médicos, ocorre para os pacientes de acupuntura e para os que se submetem à tatuagem, uma vez que, em ambos os casos, os instrumentos furam a pele. No caso dos dentistas, a experiência mostra que o risco é maior para o profissional porque, antes de ser utilizado em um novo paciente, o material é sempre esterilizado e, dessa forma, o risco desaparece.

Entre este tipo de indagação, encontra-se também a que se refere à utilização de agulhas de injeção e de aplicação de vacinas, que devem sempre ser descartáveis ou esterilizadas, cortando, assim, a possibilidade da contaminação.

— Qual o risco apresentado pelo relacionamento sexual múltiplo?

Até agora, esta é a via de contaminação por excelência, comprovada em todas as estatísticas disponíveis. Quanto maior a promiscuidade, maior a possibilidade de contágio da doença. Os médicos chamam a isso de fator multiplicador.

— É arriscado receber transfusão de sangue de doador não testado?

Cerca de 3% dos brasileiros que sofrem de AIDS contraíram a doença numa transfusão de sangue de doador não testado. O Ministério da Saúde, em ação integrada com o INAMPS, definiu estratégia que visa ao controle de qualidade do sangue, de modo a reduzir, se possível a zero, esta via de transmissão.

— Qual a razão de os consumidores de drogas serem mais sujeitos a contrair o mal?

A freqüência com que usam seringas não descartáveis e o ambiente de promiscuidade em que tomam drogas, com a seringa passando de mão em mão, favorecem enormemente a contaminação. Basta que um elemento do grupo esteja infectado para que a doença se espalhe para os demais. Além disto, o próprio organismo do viciado em drogas já é naturalmente mais indefeso.

— Que vantagens há em se detectar a doença no seu estágio inicial?

Um paciente tratado no início poderá ter sobrevida maior. Drogas antivirais e de aumento da imunidade do organismo podem ser aplicadas para prevenir o aparecimento das chamadas "doenças oportunistas", assim chamadas porque atacam os pacientes cujos mecanismos de defesa estão fora de ação como, por exemplo, as pneumonias e as ulcerações de pele.

Outra razão pela qual a detecção precoce é importante é o fato de se permitir evitar, após a descoberta, que o paciente transmita o vírus para outras pessoas.

— O que faz com que os hemofílicos, um grupo pequeno da sociedade, apareçam tão significativamente nas estatísticas que tratam de AIDS?

Os hemofílicos, a cada vez que precisam de tratamento, recebem um concentrado de um fator coagulante feito com sangue de vários doadores. Dessa forma, a cada tratamento, o hemofílico tem maior probabilidade de contato com sangue contaminado pelo HIV.

Esse risco pode ser totalmente abolido se todo o sangue doado for testado para detecção do HIV. Recentemente, o governo brasileiro tornou obrigatório este teste, e providências estão sendo tomadas neste sentido.

PREVENINDO-SE CONTRA O MAL

A nível nacional

O programa de controle da AIDS no Brasil tem suas diretrizes fixadas na Portaria Ministerial nº 236, de 02 de março de 1985, do Ministério da Saúde. Essas diretrizes estabelecem:

- a obrigatoriedade da notificação e investigação epidemiológica dos casos constatados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde;
- as medidas de controle a serem aplicadas nos casos confirmados, suspeitos, comunicantes e grupos de risco, que são:
  - casos confirmados e suspeitos devem ser precedidos de investigação epidemiológica e clínica, laboratorial e de educação sanitária;
  - em relação aos comunicantes, deve-se realizar a investigação epidemiológica e clínica e a educação sanitária; e
  - em relação aos grupos de risco, deve-se realizar um trabalho de educação.

O controle no Exército

No âmbito do Exército, o programa de controle da AIDS tem suas normas técnicas fixadas pelo Departamento Geral de Serviços, através da Diretoria de Saúde, que é a responsável pela sua coordenação e pelo controle no âmbito da Força.

Regionalmente, o programa é desenvolvido pelos Comandos de Regiões Militares, através de suas Seções do Serviço de Saúde Regional.

A obrigatória notificação e o resultado da investigação epidemiológica dos casos constatados são remetidos por todas as Organizações Militares à Secretaria de Saúde Estadual e à Diretoria de Saúde, através da Região Militar.

Durante a programação da instrução, em todos os níveis, são realizadas sessões específicas de educação sanitária referentes ao assunto, objetivando esclarecer e orientar os militares e os seus dependentes.

A EDUCAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO SÃO A MELHOR RECEITA PARA PREVENIR

TOPEX 4060 centrix Glutasept TwinTray HAW

Sultan

Denco-Jet

septodont SUPERLUX

HYGENIC PlakOut

Glutasept Denco-F

TOPEX 4060

TwinTray septodo

DENTAL FILLINGS

DENCAL

SEU SORRISO
EM BOA COMPANHIA.

SUPERLUX Sultan Glutasept centrix HYGENIC

Estr. do Guerenguê 2059 Rio de Janeiro CEP 22713
Telex (21) 37308 DENC BR Fax (021) 342 4009

EQUIMEDICK®

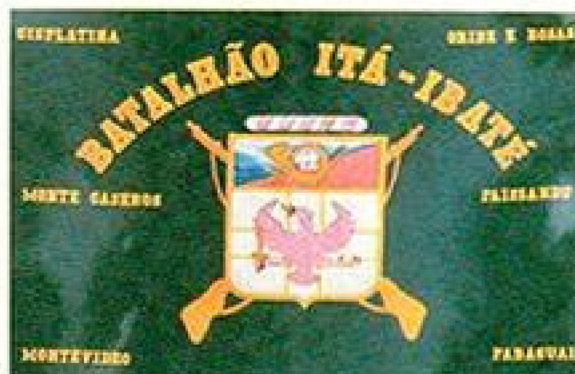
Produtos médicos hospitalares descartáveis.

Av. dos MANANCIAIS, 1326
Jacarepaguá Rio de Janeiro
Cep 22720 Tels: 3422020
3424083

7º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO e 8º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO



7º BIB
Estandarte Histórico
8º BI Mtz



No século XVII, ficou caracterizada a ambição das nações estrangeiras em conquistar o território brasileiro. Esse interesse fez despertar, em Portugal, a consciência de uma maior necessidade da defesa de sua colônia e, dessa forma, fez criar, em Salvador, na Bahia, mais um Terço — o Terço Novo — como passou a ser chamado, em 1631.

O Terço era uma organização militar da época e se constituía de companhias, cada uma com cem homens e comandadas por um capitão. O comando daquele corpo de tropa era exercido por um Mestre-de-Campo-General. Estabelecendo um paralelo com a concepção moderna, o Terço assemelhava-se à atual Brigada.

O Terço Novo, em 1638, teve destacada atuação na guerra contra os holandeses. Atribuiu-se a esse desempenho grande parte da responsabilidade pelo aparecimento do espírito de nacionalidade que, daí por diante, iria tomando conta dos brasileiros.

Com o decorrer dos anos, o Terço Novo da Bahia sofreria inúmeras transformações, adequando-se, em meios, efetivo e armamento, para atender às exigências de defesa do território.

AS TRANSFORMAÇÕES

Assim sendo, ininterruptas e sucessivas modificações foram realizadas, e a seguir, dentro de uma cronologia, passaremos a apresentá-las.

A primeira ocorreu em 1749, quando passou a se chamar 2º Regimento de Infantaria de Linha.

Posteriormente, teria, em 1809, sua denominação modificada para Legião de Caçadores a Pé e a Cavalo, a qual daria origem aos 1º, 2º e 3º Batalhão de Caçadores a Pé e ao 4º Batalhão de Caçadores a Cavalo.

Nos anos de 1824 e 1831, foram alterados os nomes dos 1º e 2º Batalhão de Caçadores a Pé que, nesta última data, se chamavam, respectivamente, 9º e 10º Batalhão de Caçadores.

Da reunião de elementos desses dois Batalhões, em 1832, foi criado o 3º Batalhão de Caçadores, em Salvador (BA), que, por sua vez transformar-se-ia, sucessivamente, em 13º, 12º Batalhão de Caçadores e, em 1888, em 12º Batalhão de Infantaria, tendo sido estas três últimas Unidades estabelecidas no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, na Paraíba, por decisão do Imperador D. Pedro II, foi criado, em 1854, o 17º Batalhão de Caçadores que, em 1865, participaria da Guerra da Tríplice Aliança, tendo, marcante atuação na Campanha da Cordilheira e no ataque às trincheiras de Peribebuí.

Terminada a guerra, foi-lhe confiada nova missão: permanecer em território paraguaio fazendo parte da Força de Ocupação naquele país.

Sua sede foi estabelecida em Santa Catarina, em 1877, quando de sua saída do Paraguai.

Há que se ressaltar que, da cessão de duas companhias do 12º BC, no ano de 1888, foi formado o 29º Batalhão de Infantaria, com sede em Pelotas (RS).

PERÍODO REPUBLICANO

No ano seguinte, o Brasil passa por uma profunda transformação política — a queda do Império e a consequente implantação da República.

Como a consolidação desta não se fez sem lutas, eclode, em 1893, a Revolução Federalista e, na heróica resistência da Lapa, o 17º BC, sob o comando do Cel Gomes Carneiro, participou, decisivamente, na defesa dos ideais republicanos.

O Exército viria a sofrer uma transformação na sua estrutura no início do século XX. Foram criadas as Grandes Unidades e os Regimentos a três batalhões.

Quatro companhias foram retiradas do 17º BC e unidas a outras quatro do 29º BI, em Santa Maria da Boca do Monte, passando a formar, em 1908, o 7º Regimento de Infantaria.

Esta nova Unidade, nos anos que se seguiram, fez-se presente na Campanha do Contestado, em Santa Catarina e no Paraná, tomou parte dos movimentos armados de 24, 30 e 32 e, em 1943, contribuiu para a formação da Força Expedicionária Brasileira com 98 homens.

No ano anterior, um de seus batalhões — o terceiro — foi transferido para Santa Cruz do Sul (RS) e, no último ano da década de 40 assumiu a denominação de 8º Regimento de Infantaria, ainda naquela cidade.


Quartel do 7º BIB

Os anos 70 trouxeram as últimas modificações, relacionadas com a Infantaria do Terço Novo.

O 7º Regimento de Infantaria veio a se transformar em 7º Batalhão de Infantaria e, em 1971, com a adoção do material blindado, atingiu a denominação final, mantida até hoje, de 7º **BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO.**

Em Santa Cruz do Sul essas modificações também foram sentidas, de forma que, no ano seguinte, o 8º Regimento passou a chamar-se 8º **BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO.**

O GOMES CARNEIRO E O ITÁ-IBATÉ

Ambos os Batalhões são conhecidos por sua denominação histórica.

O 7º BIB constitui-se no Regimento Gomes Carneiro e o 8º BI Mtz, no Batalhão Itá-Ibaté:

- Gomes Carneiro, Cmt do 17º BC, durante o Cerco da Lapa, teve a Bandeira da sua Unidade por mortalha, ao tombar no cumprimento do dever e, dessa forma, em 1946, por decreto do Presidente Eurico Gaspar Dutra, seu nome passou a personificar o 7º Regimento;
- por outro lado, Itá-Ibaté, batalha realizada sobre a colina de mesmo nome, em 21 de dezembro de 1868, foi palco da bravura, do valor e do heroísmo dos integrantes do então 12º Batalhão de Caçadores, um dos antecedentes do 8º BI Mtz. Por este motivo, em Portaria Ministerial, de 1989, lhe foi conferida esta denominação.


Quartel do 8º BI Mtz

REGIMENTO GOMES CARNEIRO e BATALHÃO ITÁ-IBATÉ
DUAS UNIDADES SECULARES DO EXÉRCITO

BATALHÃO VILLAGRAN CABRITA 1º BECmb

SÍNTESE HISTÓRICA

ANTECEDENTES

Em 20 de julho de 1851, o então Conde de Caxias, no decurso da Campanha contra Rosas, organiza, no Rio Grande do Sul, uma Companhia de Sapadores e Transportes para apoiar o movimento das pesadas peças da Artilharia. No retorno à corte, propõe a criação de um Batalhão com esta finalidade.

CRIAÇÃO DO BATALHÃO DE ENGENHEIROS

Em 23 de janeiro de 1855, o Imperador D. Pedro II cria o Batalhão de Engenheiros, que seria organizado a 01 de abril de 1855, na Fortaleza de São João, sob o comando de Hermenegildo Porto Carrero, posteriormente Barão de Coimbra. O 1º Ten Deodoro da Fonseca foi o primeiro ajudante da OM.

PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Desde 20 de dezembro de 1864 até 28 de abril de 1870, o Batalhão de Engenheiros participa ativamente das operações de guerra e da ocupação do território inimigo.

O livro histórico, até hoje existente no Batalhão, registra, com destaque, os seguintes episódios:

a - Expedição Fluvial Contra Corrientes, sob as ordens do Almirante Barroso – Mai 1865.

b - Travessia do Rio Uruguai, na Região de Salto, sob o comando de Osorio – 30 Jun 1865.

c - Preparo de posições de artilharia no cerco de Uruguaiana – Set 1865.

d - Travessia dos rios da Mesopotâmia Argentina, incluindo o Mandisovi, o Mocoretá, o Santa Lúcia, o Riachuelo e o Corrientes – Set a Dez 1865.

e - Ocupação e combate da Ilha da Redenção – 9 e 10 Abr 1866.

Primeira e cruenta intervenção brasileira em território inimigo. Por este feito notável, em cooperação com unidades da Esquadra, o Batalhão de Engenheiros adquiriu o direito de portar a Bandeira Nacional, até então prerrogativa de Unidades das armas básicas. Villagran Cabrita morre ao redigir a parte da vitória que repercutiu favoravelmente no moral das Forças Aliadas, que aguardavam, na margem do rio Paraná, o resultado da porfia.



No uniforme da Guarda-Bandeira, a pompa da história do Batalhão

f - Transposição do Rio Paraná – 16 Abr 1866 – o Batalhão coopera com a Esquadra na transposição de 40.000 homens sobre o rio Paraná, largo de 2.400 metros.

g - Tuiuti – 24 Mai 1866.

O Batalhão de Engenheiros, que construíra, de véspera, o "fosso de Mallet", combate heroicamente, cobrindo o flanco do Regimento de Artilharia. Destacam-se Conrado Bittencourt, seu comandante, e Floriano Peixoto, à testa da 1ª Companhia.

Pelos feitos em combate, a Bandeira do Batalhão é condecorada com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

h - Observação aérea em balões – Jul/Ago 1867.

O Ten Amarante e outros oficiais do Batalhão de Engenheiros são os pioneiros na atividade aeroespacial, com ascenções até 1.000 pés, que permitiram levantamentos topográficos de Curupaiti, Ytati e Humaitá.

i - Humaitá – 16 Jul 1868.

No reconhecimento em força determinado por Osorio, o Batalhão emprega 370 homens e tem nove oficiais fora de combate. O Ten Arouca (Patrono dos Sapadores) chega até o fosso principal da fortaleza e, ferido por cinco contusões de metralha, prossegue combatendo, sendo retirado salvo pelos seus soldados.

j - Chaco – Jul a Dez 1868.

O Batalhão destaca-se nos combates e na construção da famosa estrada que permitiu a manobra de flanco de Caxias.

O Ten Amarante (Patrono dos Pontoneiros) é várias vezes ferido em ação.

l - Itororó – 6 Dez 1868 e Avay – 11 Dez 1868.

No Combate do Avay, são empregados 496 homens do Batalhão de Engenheiros. Por ato de Caxias, o Ten Cel Conrado Bittencourt é promovido por bravura, e o Batalhão merece louvor especial do Imperador.

m - Participação na ocupação de Villeta e de Assunção – Jan 1869.

O Batalhão passa a explorar o tráfego na ferrovia do Paraguai.

n - Expedição Fluvial ao Mato Grosso.

Por ordem de Caxias, um contingente do Batalhão fornece proteção e lenha

à flotilha naval, encarregada da ligação com o Mato Grosso.

o - Campanha da Cordilheira — até 01 Mar 1870.

Sob o comando do Conde D'Eu, o Batalhão combate em Peribebuy — 12 Ago 1869 — e Campo Grande — 16 Ago 1869. Recebem citação de combate o Cel Conrado Bittencourt, o Ten Dionísio Cerqueira e o Ten Arouca, morto no assalto dos sapadores a uma bateria inimiga.

p - Retorno ao Rio de Janeiro.

"... e se a fatalidade quisesse um dia que aquela gloriosa bandeira não voltasse ao seio da Pátria, tenho a mais íntima convicção de que o Batalhão de Engenheiros morreria abraçado com ela". (Extrato da Ordem do Dia de 31 Out 1870)

BERÇO DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Em 1889, por ordem do Imperador, da sua ala esquerda se origina o 1º Batalhão Ferroviário.

PARTICIPAÇÃO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Integrando a 2ª Brigada do Exército, o Batalhão se deslocou do Realengo. Elementos seus, destacados na Escola da Praia Vermelha, acompanharam as forças de Deodoro até o Campo de Santana.

PRINCIPAIS ATUAÇÕES DURANTE A 1ª REPÚBLICA

a - Revolta de 1893.

Participa dos combates de Mocanguê Grande — 11 Set 1893 e da Armação — 9 Fev 1894.

b - Campanha de Canudos — Mar 1897 a Nov 1897.

Contingente do 1º Batalhão de Engenheiros integra as colunas da 4ª expedição sobre Canudos, para construir linhas telegráficas e reparar estradas, tendo participado dos combates do Cocorobó e Angicos.

c - Missões ferroviária e de construção de fortificações — 1901 a 1907.

Efetua, no Paraná, os reconhecimentos para a construção da ferrovia Paranaguá–Ponta Grossa–Guarapuava–Mato Grosso.

Em 1907, participa da construção de fortificações no porto de Santos, SP.

d - Construção da Vila Militar — 1907-1919.

Neste período, o Batalhão sofre diversas modificações, tendo possuído Companhias de Sapadores, de Pontoneiros, de Telegrafistas, Ferroviária e de Aeronáutica. É, pois, o berço da infantaria de nossa FAB.

e - Revoluções de 1924 e 1930.

Sob o comando de Malan D'Angrogne, combate os revoltosos de 1924 em São Paulo e no Mato Grosso. Sempre ao lado do governo, participa da Revolução de 1930 sob a liderança de Borges Fortes.

DENOMINAÇÃO HISTÓRICA

Por decreto do Presidente Vargas, recebe a denominação histórica de Batalhão Villagran Cabrita (1938), conservando o estandarte, criado em 1933, e as tradições do Batalhão de Engenheiros.

PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA DA ITÁLIA — 1943 a 1945

Sob o comando de Juarez Távora, inicia a organização do 9º BE Cmb e mobiliza integralmente a Companhia de Transmissões da 1ª DIE.

AQUARTELAMENTO NO PALÁCIO REAL E IMPERIAL DE SANTA CRUZ — 1946 ATÉ HOJE

Comemora o seu centenário (1955) com a presença do Presidente da República. Sucessivamente, a sua Bandeira, detentora da Ordem Imperial do Cruzeiro, é condecorada com as Ordens do Mérito Militar, Mérito Aeronáutico, Mérito Naval e com a Medalha da ANVFEB.

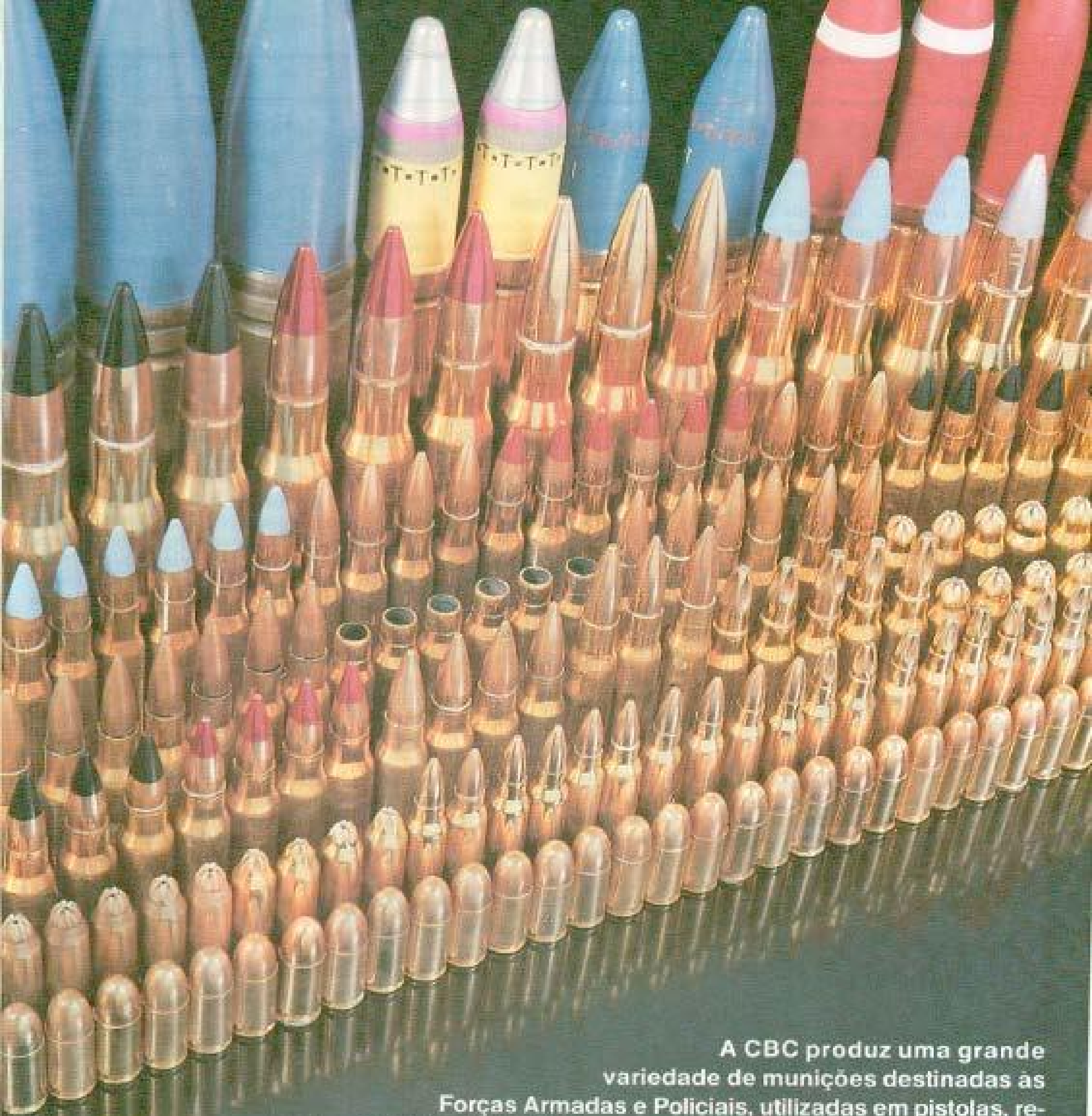
Após a extinção do BEs E, assume o encargo de apoiar a ECEME, o IME, a Es AO, a AMAN, o CPOR-RJ e as diversas brigadas da 1ª DE.

Batalhão Villagran Cabrita — patrimônio da Engenharia do Exército Brasileiro.

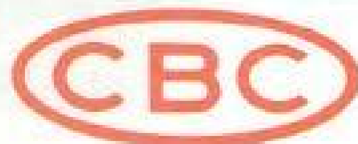
Há mais de um século, sua História vem sendo escrita pelos maiores vultos da Arma Azul-Turquesa, partícipes de memoráveis epopéias em defesa dos supremos ideais desta Nação.

Instalações do 1º BECmb, no bairro de Santa Cruz/RJ, vendo-se, em detalhe, a fachada do aquartelamento





COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS



V. INDUSTRIAL, 3330 – CAIXA POSTAL 51 – CEP 09080 – SANTO ANDRÉ – SP – BRASIL
ONE: (011) 449-5600 – TELEX: (011) 44007 CBCA – BR.

LQFEx



Não obstante as primeiras referências acerca da presença de boticários no Brasil datarem do século XVI, relevância maior logrou a profissão farmacêutica somente a partir do desembarque em plagas brasileiras da família real portuguesa, em 1808.

Consciente da necessidade de se organizar um Serviço de Saúde capaz de assistir às tropas dos Reais Exércitos e da Armada de Portugal, sediadas em nossa Pátria, bem como toda a Corte, Dom João VI sancionou o decreto de 21 de maio de 1808, no qual criava a BOTICA REAL MILITAR, anexa ao Hospital Militar e da Marinha, situado no morro do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro, no antigo Colégio dos Jesuítas.

Esse marco caracterizou a primeira intenção de se organizar no Brasil um Serviço Farmacêutico.

Dois anos após, em maio de 1810, a citada Botica, devido à intensificação das atividades, passa a denominar-se "Laboratório Farmacêutico" e serve de sede para o ensino prático da matéria Médica e Farmacêutica, criada naquele hospital.

Em janeiro de 1879, devido ao seu crescimento acentuado e necessitando ampliar suas instalações, a fim de dar vazão à demanda na produção de fármacos, transfere sua sede para a rua Evaristo da Veiga número 95, centro do Rio de Janeiro, tomando o Estabelecimento a estrutura de verdadeiro órgão industrial e constituindo-se, na época, no grande avanço da incipiente indústria farmacêutica nacional.

Importou-se maquinário, introduziram-se técnicas de manipulação, ampliaram-se atividades como o desenvolvimento de pesquisas, a realização de cursos e a criação de um gabinete de Análises Clínicas para a realização de exames de sangue, urina e fezes. Como conseqüência desse trabalho, o LQFEx assumiu a posição de centro irradiador da ciência farmacêutica, tornando-o merecedor de vários diplomas e medalhas, a partir de 1875, tanto no Brasil quanto no exterior.

Firmou-se, com o decorrer dos anos, sua imagem de indústria farmacêutica, junto ao público e à classe médica, em face do crescimento da confiabilidade de suas preparações, reconhecidas como de qualidade superior.

O Laboratório se constituiu nas raízes da indústria farmacêutica nacional, tendo sido, também, o pioneiro entre as Forças Armadas da América do Sul e o berço do magistério superior de farmácia.

Durante quase dois séculos de atividades ininterruptas, prestou relevantes serviços à Pátria, como na Guerra da Tríplice Aliança, Campanha de Canudos, I e II Guerras Mundiais, com o fornecimento de medicamentos e material de uso médico.

Em 1939, atendendo à determinação do governo federal, transferiu novamente sua sede, agora, para a rua Licínio Cardoso, 96, em Triagem, bairro do Rio de Janeiro, onde se encontra atualmente, instalando-se em prédio especialmente edificado para abrigar este pioneiro da Farmácia brasileira, em área denominada Estabelecimento Ministro Mallet.

Recentemente, em 1972, consciente da destinação pioneira em apoiar o progresso da nação e convencido da necessidade de uma assistência farmacêutica mais efetiva às populações economicamente fracas, o LQFEx aliou-se a entidades governamentais na criação e consolidação da Central de Medicamentos (CEME), antevendo, sobretudo, a relevância da indústria farmacêutica na economia e na segurança nacional.

Daí até os dias atuais, mercê de sua secular tradição, vem o Laboratório colaborando, incansavelmente, com a CEME, produzindo em escala industrial vários medicamentos, entre analgésicos, antibióticos, anti-sépticos, cremes e pomadas.

Além do seu parque industrial o LQFEx conta também com um setor de comercialização de medicamentos, compreendido pela Farmácia Central do Exército e a Farmácia Reembolsável do Hospital Central do Exército.

Ultimamente, o Órgão tem procurado imprimir nova sistemática ao trabalho desenvolvido. Obedecendo aos preceitos da modernidade, implantou, para tanto, um Núcleo de Pesquisas, onde técnicas especialmente adaptadas às nossas necessidades têm sido desenvolvidas. Opera, ainda, um Centro de Processamento de Dados, totalmente computadorizado, objetivando maior precisão e rapidez nas informações, além de um setor de Perfumaria e Cosméticos, com novas formulações e melhoria da qualidade dos produtos.

A preocupação em diminuir o número de medicamentos adquiridos dos laboratórios civis vem promovendo o incentivo à produção de tais especialidades no próprio LQFEx, como ocorre com o desenvolvimento de vários produtos de uso veterinário e odontológico, e da Pasta de Camuflagem, já em uso por todo Exército Brasileiro.

Presentemente, o LQFEx produz mais de 80 (oitenta) especialidades farmacêuticas que são consumidas pelo nosso Exército e as fornece, a título indenizável, para Unidades da Marinha do Brasil, Aeronáutica e Forças Auxiliares.

Destarte, imbuído dessa sua obstinação em bem servir e sublimado pelo anseio de dar continuidade ao seu passado estóico, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército — casa do venerando General Farmacêutico Augusto Cezar Diogo, cuja justeza e perfeição dos trabalhos engradeceram seu nome — continua, ainda nos dias atuais, em sua gama incontável de benefícios em prol do Exército e da Pátria.

LQFEx
182 ANOS DE TRADIÇÃO E TRABALHO

72º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

PARA TERRENOS DIFERENTES, COMBATENTES ADEQUADOS

Um país continental, como o Brasil, possui vários padrões de clima, paisagem, vegetação e tipo de solo. Assim sendo, encontram-se, como é do conhecimento geral, no nosso território, várias regiões com características particulares e que apresentam diferenças marcantes ao serem analisadas para a realização de operações militares.

Por este motivo, o Exército Brasileiro possui tropas especializadas, com adestramento específico para determinadas operações em áreas de características particulares.

Entre estas tropas altamente especializadas, vamos encontrar as de caatinga. Treinadas para o emprego na região semi-árida do Nordeste, elas têm a responsabilidade de efetuar as pesquisas, os estudos e os exercícios que objetivam a aquisição de conhecimento sobre aquela área.

O Comando Militar de Área que enquadra a Grande Unidade designada pelo Estado-Maior do Exército para conduzir essas pesquisas operacionais é o do Nordeste. A GU é a 10ª Bda Inf Mtz, sediada em Recife-PE.

A Unidade encarregada da execução das operações é o 72º BI Mtz (Petrolina-PE), que deu nome a este artigo e é a sua própria razão de ser.

COMO NASCEU A UNIDADE

Localizada no Polígono das Secas, em pleno sertão pernambucano, sua criação data de 01 de janeiro de 1975, por transformação da 2ª Companhia de Fuzileiros do 35º Batalhão de Infantaria, de Feira de Santana-BA.

Construído ao longo dos anos de 1973 e 1974, seu aquartelamento ocupa área de 5,10km², às margens do Rio São Francisco. A OM dista, por rodovia, 550 km de Recife-PE e 760 km de Salvador-BA.

Um contingente de 125 elementos incorporados ocupou, pela primeira vez, suas modernas instalações, em 1975. Compunha-se de jovens oriundos dos municípios de Petrolina-PE, Juazeiro-BA e cidades circunvizinhas.

Desde então, o Batalhão vem realizando suas pesquisas e treinamentos na área dos sertões pernambucano e baiano.

ORGANIZAÇÃO

É uma Unidade do Tipo II e possui, além do Comando e do Estado-Maior, duas Companhias de Fuzileiros, uma de Apoio e uma de Comando e Serviços.

Possui, ainda, área suficiente, no interior do aquartelamento, para a construção das instalações da 3ª Cia Fzo. Desta forma, poderá transformar-se em um Batalhão do Tipo III.





TRABALHANDO COMBATENTES DE CAATINGA

Em face de suas missões normais, como Batalhão de Infantaria de uma Brigada do nordeste brasileiro, o 72º BI Mtz encontra-se em condições de atuar nas regiões da zona da mata, do agreste e do sertão nordestino, com a responsabilidade de planejar, orientar e conduzir, num quadro de defesa interna, operações convencionais ou não e de ação cívico-social, em ambiente urbano ou rural da caatinga.

Dessa forma, visando a familiarizar o homem ao ambiente de caatinga e desenvolver a resistência ao desconforto e à fadiga, em condições climáticas adversas, o Batalhão realiza, ao longo do Período de Instrução, o Estágio de Ambientação à Caatinga (EAC) para todo o contingente incorporado, como também para todos os PELOPES da 10ª Bda Inf Mtz.

Coopera, ainda, na montagem e execução do Exercício de Operações na Caatinga do Curso de Ações de Comando (coordenado pelo Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil), e do Estágio de Instrução de Comandos (coordenado pelo 1º Batalhão de Forças Especiais).

Para isto, utiliza-se de algumas áreas particulares, situadas nos municípios de Petrolina e Juazeiro. Destacam-se as regiões de Capim, Campo dos Cavalos, Serra do Parafuso e Pedrinhas que, juntamente com a fazenda Tanque de Ferro, de propriedade do Governo Federal, permitem o contato com o ambiente de caatinga.

Há interesse, por parte da Unidade, em montar uma Base de Instrução, naquela fazenda, aos moldes do que ocorre no Centro de Instrução de Guerra na Selva, que tem suas bases de instrução no interior da selva. Reconhecimentos já foram realizados, pelo 3º Batalhão de Engenharia de Construção (Picos-PI), no sentido de se implantarem as instalações da referida base. O Ministério do Exército já solicitou providências no sentido de se incorporar esse imóvel ao acervo sob sua jurisdição.



ADEQUAR-SE PARA REDUZIR O DESCONFORTO

A área onde se desenvolvem as instruções do combatente na caatinga é uma das mais inóspitas. A vegetação, agressiva e espinhosa, aliada ao calor causticante, à escassez de água e ao solo pedregoso, faz com que se utilizem proteções mais eficientes para o corpo do que as normalmente empregadas, assim como equipamentos mais adequados para a operação naquele ambiente.

Assim, o uniforme para a caatinga tem sua confecção feita em tecido de brim, na cor cáqui e com a aplicação de couro especial nas partes que normalmente são mais atingidas pelos espinhos ou galhos secos e as que entram em contato com o solo.

A cor cáqui foi escolhida por duas razões: inicialmente, por ser mais clara que a verde-oliva e, dessa forma, absorver menos calor na exposição aos raios solares; em segundo lugar, por permitir melhores condições de camuflagem pela identificação com as cores do ambiente.

A cobertura, também de brim, com jugular, pala dobrável e cobre-nuca é bem mais adequada do que o capacete. Este, além de concentrar grande quantidade de calor, compromete o sigilo dos deslocamentos, devido ao ruído provocado pelo impacto com os galhos secos e pelo reflexo da luminosidade existente em dia de sol.

Quanto ao calçado, tem sido mais adequado o coturno de couro. O de selva, confeccionado em lona, não oferece boa proteção, em face da quantidade de espinhos existentes na área, que terminam por penetrar na lona e ferir os pés.

Por fim, a experiência tem apresentado a necessidade do uso de luvas de couro que, cobrindo o dorso e a palma das mãos, para o afastamento da vegetação, deixem os dedos livres.

O equipamento, por sua vez, embora seja, de uma forma geral, o comum ao das demais Unidades de Infantaria, necessitou sofrer determinadas modificações para melhor se adequar ao ambiente das operações.

Dessa maneira, foi necessário desenvolver um modelo de depósito térmico, que possibilitasse a manutenção da temperatura da água por mais tempo e que tivesse capacidade superior à do convencional.

O projeto resultou num cantil montado em couro, com capacidade de 2 litros, e, ainda, num recipiente adequado para 30 litros, chamado *Barrilote*, confeccionado em couro e borracha, transportado em sistema de rodízio, quando pelo homem, ou em dorso de animal de carga.

A INTEGRAÇÃO NA ÁREA

Na sua contribuição com a doutrina sobre operações em áreas de caatinga, o 72º BI Mtz, exercitando, testando material e pesquisando constantemente, tem-se integrado à região em que opera de uma forma bastante significativa. Sua área de responsabilidade cobre um total de 19 municípios de Pernambuco e 3 da Bahia, numa extensão de 50.000 km².

Assim sendo, colocando em prática o lema SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO, o Batalhão bem representa a Força Terrestre nos sertões do Nordeste brasileiro, no cumprimento de suas missões findando-as, sempre, pelo entoar do seu brado:

"BRASIL! SERTÃO"



los estágios de Adaptação à Caatinga, combatente aprende a utilizar s recursos naturais da região

SER PREVIDENTE É SER RESPONSÁVEL



Elaine, na presença de sua mãe, recebendo das mãos de Marcos Metzger, Gerente da filial Curitiba da GNPP, o recibo de depósito da sua poupança.

Em qualquer idade, ser previdente traz tranqüilidade e segurança para sua família e dependentes.

Em 01/08/89, o Cabo do Exército Pedro Fontana Jr., de 21 anos de idade, ingressou nos planos de Pecúlio e Pensão da GNPP — SOCIEDADE NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Após ter pago apenas 10 meses de contribuição, veio a falecer em acidente de trânsito, em 29/05/90, tendo como última contribuição o valor de Cr$ 2.225,89.

Sua irmã, Elaine Aparecida Fontana, de 13 anos, que ele indicara como beneficiária, recebeu um pecúlio de Cr$ 918.288,29, depositados em caderneta de poupança na agência da CEF de Campo Largo — Paraná.

Adicionalmente, também receberá uma renda mensal de pensão de Cr$ 12.598,36, por um prazo de 20 anos, que será corrigida monetariamente durante todo esse período.

Para qualquer família, a perda de um de seus membros não tem preço, podendo ser apenas amenizada. Os benefícios pagos pela GNPP, nesse caso, contribuirão para que Elaine continue seus estudos e obtenha uma formação profissional que a prepare para o futuro.

SER PREVIDENTE NÃO DEPENDE DA IDADE

GNPP

A FORÇA DE UM GRUPO

MATRIZ: RIO DE JANEIRO - RJ - Av. Rio Branco, 100 - PABX: (021) 221-3787 • **FILIAIS:** SÃO PAULO - SP - Rua Joaquim Gustavo, 54 - Tel.: (011) 222-1133 • CURITIBA - PR - Av. Cândido Abreu, 535 - PABX: (041) 254-6116 • BRASÍLIA - DF - SCR/SUL - W3Q-515 - Bloco B - Loja 45 - Tels.: (061) 245-3903/3567/3690 • GOIÂNIA - GO - Rua Cinqüenta e Seis, 33 - Tels.: (062) 225-0024/0511 • FLORIANÓPOLIS - SC - Rua Tenente Silveira, 93 - 2º sobreloja - Tels.: (048) 24-1692/2251/5671/3670 • BELO HORIZONTE - MG - Rua São Paulo, 925 - Loja 13 - Tel.: (031) 222-1202 • FORTALEZA - CE - Rua Barão do Rio Branco, 686 - PABX: (085) 221-1466 • TERESINA - PI - Rua Lizandro Nogueira, 1223 - salas 301, 302 e 303 - Tel.: (086) 222-5427 • BELÉM - PA - Travessa Tiradentes, 62 - Tel.: (091) 224-2080 • SÃO LUÍS - MA - Rua Santa Rita, 514 - Lojas 9 e 10 - Tels.: (098) 221-3771/232-2771 • PORTO ALEGRE - RS - Rua Jerônimo Coelho, 284 - 1º ao 6º andar - Tels.: (0512) 26-4300/4379 • MANAUS - AM - Rua da Instalação, 96 - sobreloja - Tel.: (092) 232-0656 • NATAL - RN - Rua Vigário Bartolomeu, 635 - salas 405 e 406 - Tel.: (084) 221-5450 • SANTA MARIA - RS - Av. Rio Branco, 601 - Tels.: (055) 222-2700/4061/2585 • RECIFE - PE - Av. Guararapes, 154 - Grupo 601 a 607 - Tel.: (081) 424-3098

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

— Onde se formam os oficiais —

O Exército Brasiliero forma seus oficiais em cinco tipos de Estabelecimentos de Ensino.

O primeiro deles é a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada em Resende-RJ, que forma oficiais de carreira.

Segue-se a Escola de Saúde do Exército (Es SE), no Rio de Janeiro, que objetiva a formação dos oficiais do Serviço de Saúde.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), a partir de 1988, vem formando oficiais do Quadro de Engenheiros Militares. Este Estabelecimento de Ensino se localiza também no Rio de Janeiro.

Há ainda a Escola de Administração do Exército (Es AEx), sediada em Salvador-BA, responsável pela formação dos oficiais do Quadro Complementar.

O quinto tipo de órgão formador de oficiais são os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva — os CPOR.

Em número de cinco, esses Centros estão localizados nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, de São Paulo-SP, de Porto Alegre-RS, de Belo Horizonte-MG e de Recife-PE.

— O Sonho que se realizou —

Ao término da 1ª Guerra Mundial, foi notada, em nosso Exército, a falta de oficiais subalternos.

Nessa ocasião, um capitão da Arma de Artilharia, que futuramente deixaria seu nome marcado nas páginas da História do Exército, vislumbrou uma solução para aquele problema. Criar uma unidade escola onde pudessem ser formados oficiais da reserva que passassem a suprir as necessidades de então, preenchendo os claros de tenentes do Exército.

Era esse o pensamento de Luiz de Araújo Corrêa Lima, o idealizador dos CPOR.

Embora tenha contado com dificuldades e encontrado vários obstáculos, em face de sua idéia revolucionária para a época, lutou arduamente para implantar, na sua bateria, no 1º Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o embrião dos atuais Centros.

Dessa forma, como recompensa aos esforços empreendidos, viu seu sonho transformar-se em realidade em 22 de abril de 1927, data em que foi fundado o primeiro CPOR do Brasil, no Rio de Janeiro, do qual foi o primeiro comandante.



Busto do Capitão Luiz de Araújo Corrêa Lima, o idealizador dos CPOR

No ano seguinte, criou-se o de Porto Alegre-RS, seguindo-se a fundação dos de São Paulo-SP e de Belo Horizonte-MG, em 1930, e do de Recife-PE, em 1933.


O primeiro criado no Brasil — CPOR/RJ Cursos: Inf, Cav, Art, Eng, Int e Mat Bel


O mais novo — CPOR/Recife Cursos: Inf, Art, Eng, Com, Int e Mat Bel

Desde então, os CPOR têm prestado excelente contribuição ao Exército, entregando à Força, anualmente, centenas de novos oficiais, que passam a integrar a reserva mobilizável, após terem prestado o seu serviço militar inicial.

Há que se ressaltar que isto ocorre sem ocasionar, praticamente, prejuízo para o aluno no que tange às suas atividades escolares, por ocasião da prestação daquele serviço militar inicial. Este fato resulta do regime de trabalho adotado — meia jornada diária — que permi-



CPOR/Porto Alegre
Cursos: Inf, Cav, Art, Eng e Int



CPOR/São Paulo
Cursos: Inf, Cav, Art, Eng e Int



CPOR/Belo Horizonte
Cursos: Inf, Art e Int

te ao jovem continuar se dedicando às atividades do ensino civil.

— A escolha da "matéria-prima" —

O processo seletivo para matrícula nos Centros tem início na seleção normal para o Serviço Militar Inicial, no ano em que o jovem completa dezoito anos.

Sendo candidato ao curso, ele apresenta, ao alistar-se, documento comprovante de conclusão do segundo grau ou de matrícula em curso universitário. Tendo feito isto, será, então, alistado com prioridade para a incorporação no CPOR. Nessa oportunidade, é marcada a data para a seleção, quando será submetido a exames médico e psicotécnico.

Considerado apto, o candidato será encaminhado à Seleção Especial, realizada normalmente em setembro, na qual será submetido a novos exames médicos, ao exame físico e ao intelectual.

Finalmente, em janeiro, mediante a Seleção Complementar, os melhores são escolhidos e matriculados.

Como se pode verificar, do início do processo de seleção até o ato da matrícula, ocorre uma triagem bastante significativa. Do universo apresentado, apenas 17% são escolhidos e têm o privilégio de cursar o CPOR.

— A obtenção do "produto" —

Com o ato da matrícula, inicia-se o curso do CPOR, que é realizado em dois períodos.

O primeiro, chamado Básico, tem a duração de 10 semanas, sendo nele ministradas instruções que visam a proporcionar aos alunos conhecimentos que os enquadrem na doutrina militar e que sirvam de alicerce para a aquisição dos que lhes forem passados no período seguinte — o de Formação e Aplicação.

Esta nova fase da vida do aluno de um CPOR inicia com a Escolha da Arma — solenidade em que os alunos, de acordo com a sua posição classificatória, definida por mérito intelectual, escolhem a Arma, o Quadro ou o Serviço a que pretendem se dedicar profissionalmente. São, então, instruídos em assuntos específicos, teóricos e práticos, em sala de aula e no terreno, ligados às Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, ao Serviço de Intendência e ao Quadro de Material Bélico. Esse Período dura 32 semanas. O Curso se encerra com a solenidade de formatura, na qual é feita a Declaração de Aspirante.

A partir daí, o ex-aluno prossegue na sua preparação, através da participação nos estágios a ele destinados e previstos pelo Serviço Militar. Já estará, porém, desvinculado do Estabelecimento de Ensino responsável por sua formação.

— Por detrás do palco, os bastidores —

Para chegar à Declaração de Aspirante, é necessário muito trabalho e dedicação, durante todo um ano de labor, por parte dos Instrutores e Monitores, na busca dos caminhos que permitam a maior absorção dos conhecimentos.

Os CPOR contam, na sua organização, com uma Divisão Administrativa, que se encarrega de providenciar todo o apoio necessário ao funcionamento do Estabelecimento de Ensino, nos assuntos referentes à manutenção, ao transporte, à saúde, à alimentação e à utilização dos recursos orçamentários, enfim, a tudo ligado à administração.

Há, ainda, uma Divisão de Ensino, normalmente estruturada em seções de Estatística, de Meios Auxiliares e Publicação e de Técnica de Ensino.

Esta Divisão se encarrega da confecção das verificações, do controle dos resultados, dos levantamentos estatísticos, quer relacionados ao aproveitamento escolar, quer ligados a outros aspectos da vida do aluno, além de elaborar e editar fontes de consulta e outros documentos.

O terceiro grande apoio existente na formação do aluno do CPOR é a Companhia de Comando e Serviços (Cia C Sv), que presta apoio ao Comando e à Instrução dos Cursos, através da manutenção das instalações e dos equipamentos, bem como pela cessão de pessoal para auxiliar nas instruções propriamente ditas e nas outras atividades do Centro.

Com um apoio ininterrupto e eficaz, as Divisões de Ensino e Administrativa garantem, ao Corpo de Alunos, num trabalho comparável ao realizado nos bastidores de um teatro, o sucesso de bem formar os jovens Oficiais da Reserva do nosso Exército.

EsPCEx

50 ANOS

PREPARANDO JOVENS PARA O OFICIALATO

Avenida PIO XII — 350
Jardim Chapadão
Campinas — SP
DDD 0192 42-4222 — 42-1742

VERDE-OLIVA NA ECOLOGIA

Nos últimos tempos, vem ocorrendo uma crescente conscientização da necessidade de respeito à natureza. Esta atitude decorre da identificação de alterações no meio ambiente, acarretando conseqüências desagradáveis e, até mesmo, desastrosas para os que nele vivem.

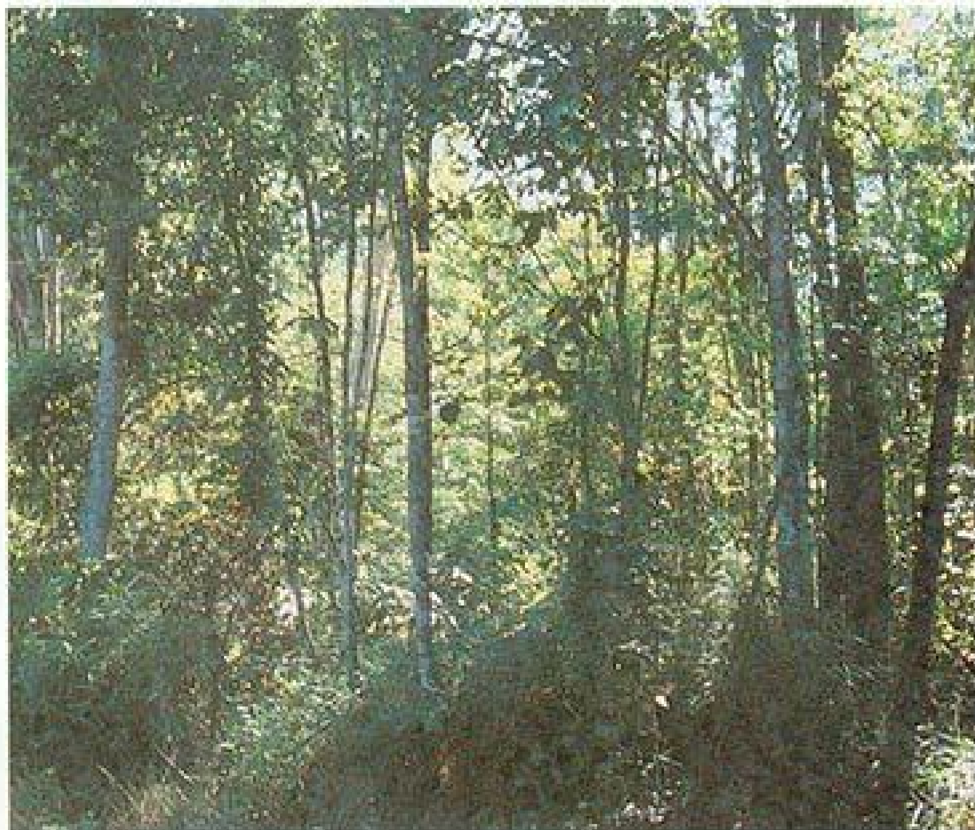
Dessa forma, politicamente, foi definido, para o nosso País o desejo de que reiniciemos uma nova era de relações harmônicas com o meio ambiente.

O Exército, por sua vez, embora há muito engajado na preservação do meio ambiente, fez constar, entre as premissas básicas para a orientação da Comunicação Social, no presente ano:

" – enfatizar a preocupação com a ecologia em todas as atividades das OM".

UM CUIDADO ANTIGO

Inúmeras atividades de instrução desenvolvidas na caserna são realizadas em áreas destinadas à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos teoricamente. Essas áreas, genericamente denominadas **CAMPO**, são de importância capital para o desenvolvimento da instrução. Nelas, estão localizados, em princípio, os componentes do terreno que, sendo conhecidos pelo combatente, poder-lhe-ão ser úteis para progredir, atirar, abrigar-se, observar, enfim, combater. Entre estes componentes, encontram-se os rios, os acidentes topográficos, os bosques e a fauna local; tudo isto é cuidadosamente preservado, uma vez que se constitui em meio auxiliar para instruir e, como tal, necessita ser mantido para a utilização nos anos seguintes.



Um exemplo de ecossistema

Dessa forma, as áreas utilizadas pela Força têm sido mantidas. Quando porventura danificadas, vêm sendo restauradas de imediato, num trabalho permanente de preservação.

Os aquartelamentos, quase todos com vários anos de existência, sofrem uma manutenção constante, não apenas nas edificações, mas, também, nas áreas que lhes são adjacentes, em geral bastante arborizadas, gramadas e ajardinadas.

Nas Unidades dotadas de quartéis mais novos, são dispendidos esforços no sentido de se tornar o ambiente mais agradável, com o plantio de árvores e o ajardinamento das praças internas.

Apresentamos, a seguir, alguns dos inúmeros trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, sem prejuízo da atividade fim das Organizações Militares – OM.



CAMPO, utilização na instrução de Engenharia

O **Batalhão da Guarda Presidencial (BGP)**, sediado em Brasília, tem, no interior do adequamento, dois bosques. Chamados de Bosque do Imperador e Bosque dos Granadeiros, foram implantados num antigo estande de tiro e possuem, juntos, 163 árvores de diversos tipos. Este número representa a idade do Batalhão. Assim, a cada ano, é realizado o plantio de mais uma unidade, por ocasião do aniversário da OM.

Na Amazônia, em Humaitá-AM, um segundo exemplo. O **54º Batalhão de Infantaria de Selva (54º BIS)** realizou o plantio de mais de quinhentas mudas de árvores, em área a ser reflorestada. Cada uma delas foi identificada com o nome do seu plantador que, após recebê-la em solenidade, passou a ser o responsável pelo seu desenvolvimento. Por ocasião das sucessivas incorporações, a árvore é entregue a um novo responsável, que se encarrega dela durante o tempo no qual presta o serviço militar.

Iniciativas como estas vão, sem dúvida, despertando no jovem o interesse pela preservação, servindo, também, de exemplo para a comunidade onde se encontra a OM.

Plantar árvores e protegê-las são importantes passos na defesa do meio ambiente, e as Unidades do Exército vêm fazendo isto constantemente.



A prática ecológica no BGP



Uma vida que se inicia

PORQUE, O QUE E COMO PLANTAR

A arborização dos quartéis tem por finalidade atingir, dentre outros, os seguintes objetivos:

- melhorar a estética ambiental;
- controlar a erosão;
- criar anteparo para os ventos;
- reduzir o nível de ruídos; e
- ampliar a área de sombra.

Em função dos objetivos definidos, deve-se escolher o tipo adequado de árvore a ser plantada. Esta seleção pode ser orientada pela entidade ambiental existente na maioria das cidades e, normalmente, vinculada à Secretaria de Agricultura do município.

Após realizada a escolha, deve-se passar ao plantio. Para isto, é aconselhável seguir um conjunto de normas que aumentarão bastante as possibilidades de sucesso.

O quadro a seguir contém os 10 mandamentos para quem planta uma árvore:

1 – Abra a cova com 60 cm de diâmetro e igual dimensão para a profundidade.
2 – Misture estrume à terra retirada, em iguais proporções, e reponha a mistura até a metade da cova.
3 – Acomode a muda na cova com as raízes distribuídas e sem dobrá-las.
4 – Enterre o caule apenas até o nível que se encontrava coberto no viveiro anterior.
5 – Utilize um tutor (estaca de apoio), no qual a muda deverá ser amarrada para evitar a derrubada pelo vento.
6 – Após completar o enchimento da cova com terra, comprima o solo com as mãos ao redor do caule.
7 – Irrigue o solo com abundância.
8 – Elimine brotos existentes nas partes inferiores do caule.
9 – Trate a árvore com carinho.
10 – Usufrua dos seus benefícios.

UM ÚLTIMO LEMBRETE

Na escolha da árvore a ser plantada, é interessante informar-se sobre o crescimento de suas raízes. As de desenvolvimento no sentido horizontal poderão comprometer as edificações próximas ao local do plantio.

RPV
O PRIMO COMBATENTE DO ZANGÃO

APROVADO NO COMBATE

O episódio do Vale do Bekaa, além de ter caracterizado uma fragorosa derrota das forças árabes no confronto com as israelenses, em junho de 1982, é rico em ensinamentos sobre os rumos tomados pela guerra moderna.

Em apenas dez minutos de ataque, aviões israelenses colocaram fora de combate dez das dezenove posições de mísseis antiaéreos "SAM" sírios, que lhes possibilitaram sucessivos ataques, até que fossem aniquiladas as defesas adversárias.

Esse sucesso expressivo dos israelenses pode ser creditado ao organizadíssimo e eficiente "Sistema de Direção de Batalhas Aéreas de Israel", que contou, no Vale de Bekaa, entre outros, com radares aerotransportados, aviões de reconhecimento e "RPV".

Os "RPV" foram amplamente utilizados pelos israelenses, sendo operados a partir de "Hawkeyes" (aviões-plataformas de controle e alarme).

Enviados para confundir os sírios, os "RPV" – "Mastiff" e "Scout" – eram detetados pelos radares de busca dos árabes, que pensavam tratar-se de aviões de ataque e ligavam seus radares de tiro das posições de mísseis antiaéreos. A radiação emitida por estes radares atraía os mísseis anti-radar disparados pelos "Phantons" israelenses.

O QUE VEM A SER UM "RPV"?

A sigla corresponde ao inglês "Remotely Piloted Vehicle" – Veículo Pilotado Remotamente – também conhecido por VACR (veículo aéreo de controle remoto) ou VANT (veículo aéreo não tripulado).

Pertence a essa família o "DRONE" (em inglês, zangão) de procedência norte-americana e adotado pelo Exército Brasileiro.

Além do custo reduzido, sendo teleguiado, o veículo aéreo de controle remoto (VACR) apresenta a grande vantagem de não arriscar vidas humanas em operações perigosas.

O já clássico e bem sucedido exemplo do Vale do Bekaa descortina uma variada gama de empregos para o RPV, como sejam, a perturbação de "defesas eletrônicas", o reconhecimento do campo de batalha, o levantamento de alvos e a ajustagem do tiro de artilharia, além das missões cabíveis de ataque e destruição.

Os israelenses foram os primeiros a tornar operacionais esses veículos aéreos. A partir de Bekaa, Forças Armadas de vários países despertaram para a utilização do RPV.

Basicamente, o RPV de emprego na guerra distinguir-se-ia do "DRONE" das escolas de fogo por exigir:

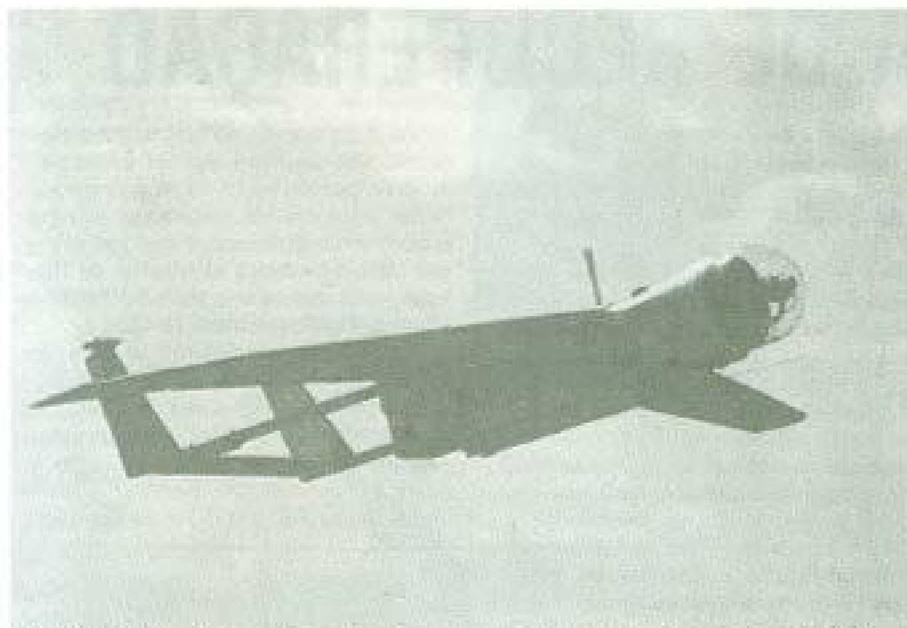
– um sistema de controle de vôo e navegação mais acurado (eliminando a necessidade do contato visual);
– sensores eletro-óticos para coleta de informações;
– sistema de transmissão de dados cole-



RPV de lançamento vertical (tipo helicóptero) – (Foto publicada na revista Tecnologia Militar nº 9/86 – edição em língua espanhola)



"DRONE" brasileiro fabricado pela empresa gaúcha Aeromot, adaptado pela Marinha do Brasil, sendo lançado em proveito da Escola de Fogo da EsACosAAe/ 1989, em Macaé/RJ



RPV "SKYEYE" — foto original por L.S.I. publicada na Revista Tecnologia Militar nº 9/86, edição em espanhol

tados pelos sensores; e
- estação de terra capaz de receber e tratar as informações, tornando-as passíveis de aproveitamento.

LUTANDO PARA DIMINUIR OS CUSTOS

Atualmente, a conciliação entre a redução do tamanho e a necessidade de sofisticação tecnológica dos equipamentos de bordo constitui o grande desafio, uma vez que a miniaturização conduz à elevação dos custos.

Para que se tenha uma idéia, o acréscimo do custo de um RPV com os sensores eletrônicos instalados, em comparação com um veículo aéreo simples, é da ordem de 250%.

Argentina, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália, além da própria OTAN, vêm desenvolvendo projetos operacionalizadores de RPV ou VACR, após o sucesso de Israel.

VENCENDO AS DIFICULDADES

No Vale do Bekaa, os israelenses, ao utilizarem, pela primeira vez em combate, os RPV, contaram com dois fatores fundamentais: surpresa e condições meteorológicas favoráveis.

A surpresa, hoje, não existe mais. Forças Armadas de todos os países devem estar preparadas para enfrentar os perigos que representam os VACR para suas defesas.

Quanto às condições meteorológicas, a atual geração de RPV está equipada com sensores de TV FLIR ("FORWARD LOOKING INFRA RED" – visor frontal infra-vermelho), que apresentam limitações como, por exemplo, impossibilidade de sensoriamento através de camadas de nuvens, o que limita o teto de emprego. Por outro lado, o atual sistema de determinação de posição de objetivos em terra obedece a uma "cadeia de medição" sujeita a erros consideráveis.

Tal "cadeia de medição" apresenta as seguintes probabilidades de erro:
- imprecisão na determinação da posição da própria estação de controle;
- incorreção na tomada das medidas de ângulos e distâncias; e
- inadequado levantamento da altitude real do objetivo.

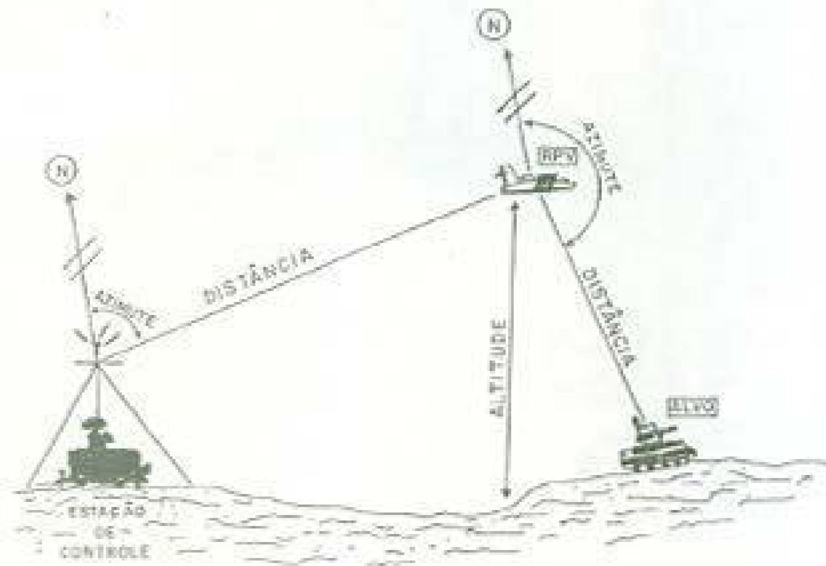
Tais limitações técnicas estão sendo superadas pelo emprego de tecnologias de ponta, como medição de distâncias por telemetria "laser". Certamente, a próxima geração de RPV já terá resolvido tais "problemas técnicos".

Ignorar o emprego do RPV como arma eficaz da guerra contemporânea significa reduzir, por omissão, a capacidade de uma Força; ignorar a ameaça representada por esses veículos às defesas antiaéreas significa assumir os riscos de repetir o fracasso constatado no episódio do Vale do Bekaa.

O leque de possibilidades de emprego de um VACR recomenda a concentração de esforços e dispêndios de recursos no desenvolvimento de projetos visando à sua operacionalização, sendo mesmo altamente compensadora tal decisão. Até mesmo países que disponham de poucos recursos deveriam considerá-la.

Afinal de contas, o custo de um RPV é substancialmente baixo ao se comparar com uma aeronave convencional de reconhecimento, ainda mais levando-se em consideração a possibilidade de perda de vidas humanas numa missão tão arriscada. Assim, o "salto" ou "degrau" tecnológico que separa um "DRONE" de um RPV pode ser considerado pequeno o suficiente para encorajar investimentos na área.

Foi dada a "largada". Israel saiu na frente. Mas a "corrida" mal começou.



DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO

HISTÓRICO

A DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO (DR) foi criada pelo Decreto nº 9.100, de 27 de março de 1946, e instalada, definitivamente, em 21 de setembro daquele ano, com a denominação de Diretoria de Fabricação do Exército (DFE). Esta última data passou a ser a da comemoração de seu aniversário.

O histórico Boletim nº 01 definiu seus objetivos como sendo: "seguir as diretrizes e instruções do Departamento Técnico de Produção do Exército (DPO), fazer cumprir e realizar todos os empreendimentos das nossas possibilidades industriais militares".

Em 1952, passou a chamar-se Diretoria de Fabricação (DF); em 1956, foi denominada Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR) e, finalmente, em 1977, recebeu o atual nome de DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO (DR).

Curiosamente criada no dia da árvore, sua existência sugere uma árvore plantada, de cujos frutos se alimentam e fortalecem unidades industriais de apoio às necessidades bélicas do Exército Brasileiro, nos campos da fabricação e recuperação de material.

Nestes mais de quarenta anos de existencia, parte do material empregado em nossa Força Terrestre teve ou vem tendo origem nas Fábricas e Arsenais de Guerra integrantes da Diretoria.

No passado, quando estes Estabelecimentos eram subordinados à então DFR, assinalamos a fabricação, nesse pioneiro e qualificado parque industrial, de munições de artilharia e de armas portáteis, mosquetões, fuzis, metralhadoras, canhões, lanças, espadas, facas, máscaras contra gases, artefatos químicos, fogões de campanha, viaturas hipo-móveis e reboques, entre muitos outros materiais de uso militar, incluindo-se os de engenharia e de comunicações. Por curiosidade, e para demonstrar a versatilidade daquele parque industrial, lembramos que, até há alguns anos, era ele o responsável pela fabricação e distribuição, para as OM do Exército, do material de limpeza e conservação de armamento (graxas, óleos e antióxidos), assim como de tintas para pintura de armas e viaturas.

A capacidade e dedicação dos engenheiros militares, mestres e operários das Fábricas e dos Arsenais de Guerra, demonstradas na produção de material bélico, principalmente de armas,quando ainda não havia no País o atual parque industrial, serviu para criar as bases e o domínio necessários ao surgimento da indústria bélica nacional.

A DFR iniciou suas atividades, em Brasília, em abril de 1973, proveniente do Rio de Janeiro e acompanhando a mudança da administração do Exército para a nova capital.

As Fábricas do Exército, com o aumento das necessidades de consumo e de acompanhamento da tecnologia moderna, exigiram um tratamento administrativo mais dinâmico e competitivo e, por isso, o Exército as separou da Diretoria, para com elas criar a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).

Esse desmembramento se deu em 1977 e a então Diretoria de Fabricação e Recuperação teve a sua denominação modificada para Diretoria de Recuperação, mantendo sob sua subordinação os Arsenais de Guerra General Câmara (AGGC), do Rio (AGR) e de São Paulo (AGSP).



Morteiro 120mm, fabricado pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro

MISSÕES DOS ARSENAIS

Os Arsenais de Guerra tiveram como principal missão a manutenção de 5º escalão de material de emprego militar. Denominada recuperação, esta manutenção impunha o empenho apenas na fabricação de peças ou materiais cuja quantidade necessária não atraísse o interesse da indústria civil ou que sua produção, pelos Arsenais, fosse mais conveniente para o Exército.

Atualmente, atendendo às necessidades do Exército, a DR está gerenciando os Arsenais de Guerra para executarem quase que exclusivamente a recuperação de armamento, com maior ênfase para a recuperação de todos os fuzis FAL e PARAFAL do Exército. A atividade de fabricação se restringe ao trabalho com morteiros 120mm, redutores de calibres, reparos de metralhadoras e tubos de obuseiros 105mm.

A Diretoria de Recuperação é um órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Material Bélico e tem as missões de orientar, controlar e fiscali-



Reparos M 63 AAe, fabricados pelo Arsenal de Guerra de São Paulo

zar, de acordo com as normas do Departamento, as atividades relativas à recuperação, adaptação, transformação, modernização e nacionalização de material de emprego militar.



Vista do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro



Instalações do Arsenal de Guerra General Câmara



Canhão 40mm AAe, fabricado pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro



Instalações do Arsenal de Guerra de São Paulo

MUDANÇA DE SEDE

O Departamento de Material Bélico carecia de uma ação imediata e permanente na fiscalização, controle e apoio sobre os trabalhos contratados com as indústrias civis, em sua maioria localizadas na grande São Paulo. A fiscalização da execução dos contratos, firmados entre o Departamento e aquelas empresas, se atribuída à DR, possibilitaria que esta, com sua estrutura, agisse de modo efetivo e eficaz, buscando e analisando, junto às Diretorias gestoras e ao próprio Departamento, as decisões que pudessem resolver os problemas surgidos durante a realização dos serviços controlados. Assim, baseado nessas premissas, o Decreto nº 97.462, de 16 de janeiro de 1989, transferiu a sede da Diretoria, de Brasília-DF para Barueri-SP, onde iniciou, oficialmente, suas atividades em 8 de junho de 1989.

Este acréscimo de missões, além de dar nova dimensão aos trabalhos da DR, vem somar-se à função normal de Órgão coordenador e diretor dos Arsenais de Guerra, facilitada em face do aumento da proximidade com estes seus escalões de execução. Cabe ressaltar que a DR se localiza no mesmo aquartelamento de um deles, o Arsenal de Guerra de São Paulo. O contato com as indústrias da área e a fiscalização do seu trabalho garantem à DR e, consequentemente, às demais Diretorias do Departamento de Material Bélico, uma benéfica troca de experiências e considerável melhoria do controle de qualidade do setor.

A mudança de sede não interferiu nos serviços de recuperação do material de emprego militar — tão imprescindível ao pessoal combatente — ou de fabricação de peças e de material, cuja técnica de produção ou quantidade necessária não despertassem o interesse das empresas civis.

DESAFIOS E VITÓRIAS

Nos Arsenais, o pessoal especializado em material bélico enfrenta variados e ardilosos problemas. A solução destes, muitas e muitas vezes, consome horas, dias e noites na tentativa da superação do óbice que se apresenta. A dificuldade pode ser encontrada na busca da matéria-prima, na tecnologia e nos tratamentos térmicos e superficiais, quando na tentativa de nacionalizar a fabricação de peça de reposição necessária ao reparo do armamento.

Embora árdua, essa luta constante, nas oficinas de maior ou menor complexidade, tem sido vencida graças à característica dos engenheiros, oficiais, sargentos e operários integrantes dos Arsenais, de se propor a vencer, a qualquer custo, os desafios profissionais que surjam durante o desempenho de suas funções.

Com isto, estes abnegados profissionais conseguem aliar o prazer de verificar a continuidade do funcionamento do material, à satisfação do dever cumprido.

TROQUE SEUS ANTIGOS PLANOS POR UM PLANO MELHOR.

Exclusivo para você que ingressou na Capemi até 1981.

O Plano Melhor recupera e amplia para sua família os antigos benefícios.

- Você constrói de imediato para sua família um verdadeiro Patrimônio Previdenciário (sem carência).
- E mais, ao optar pelo Plano Melhor deixa um Pecúlio saldado correspondente aos valores já pagos.



☐ SIM Desejo receber maiores informações sobre o Plano Melhor.

NOME ______________________ TEL.: __________

ENDEREÇO ______________________ Nº ______ APTº ______

BAIRRO ______________ CIDADE ______________ EST. ____

CEP ________

APÓS PREENCHER, FAVOR REMETER PARA CAPEMI • CAIXA DE PECÚLIOS, PENSÕES E MONTEPIOS BENEFICENTE. A/C AMARK.
RUA SÃO CLEMENTE, 38 - 10º ANDAR • BOTAFOGO • RIO DE JANEIRO • RJ • CEP 22260

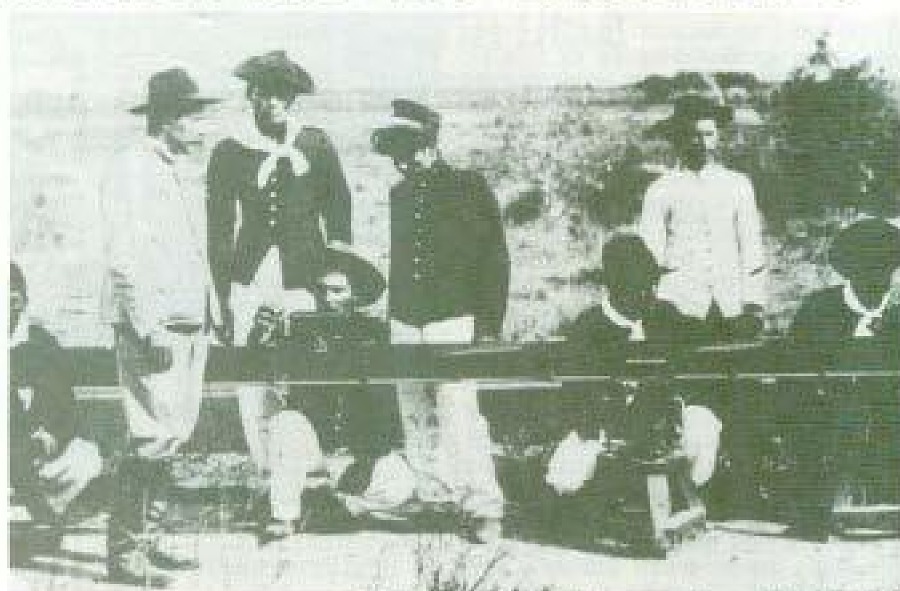
SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

HISTÓRICO

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (SGE)... instituição secular que, desde sua origem, vem contribuindo, de modo eficaz, para o desenvolvimento e segurança nacionais, sem nunca se desviar de sua vocação histórica do conhecimento preciso de nosso território e do mapeamento de seus recursos naturais. Seu diuturno trabalho, anônimo e silencioso, objetiva desvendar os mistérios deste País-continente e fornecer à Força Terrestre informações cartográficas sempre precisas, confiáveis e oportunas.

Criado em 31 de maio de 1890, anexo ao Observatório Nacional, o Serviço Geográfico, com a criação do Estado-Maior do Exército, em 1896, passa a ligar-se à sua 3ª Seção, à qual é atribuída a missão de preparar o projeto de mapeamento intitulado "A Carta do Brasil", destinado ao levantamento de nossas estratégicas fronteiras sulinas, trabalho iniciado em 1903 com a instalação, em Porto Alegre, da Comissão da Carta Geral do Brasil, atual 1ª Divisão de Levantamento.

1913... enquanto prosseguem os trabalhos de mapeamento de nossos domínios meridionais, no Rio de Janeiro, objetivando dotar o Exército de um órgão de apoio cartográfico permanente, é criado o Serviço Geográfico Militar, instalado na histórica Fortaleza da Conceição, sede da atual 5ª Divisão de Levantamento. Como primeira incumbência, a nova Organização é encarregada de preparar a Carta Topografica do então Distrito Federal, impressa a sete cores e apresentada por ocasião da Exposição Internacional do Centenário da República.



Trabalho de campo realizado por equipe,no início do século

Década de 30... a par das transformações sociais por que passa o País, é criada a Escola de Engenheiros Geógrafos Militares, precursora de todas as atuais escolas de engenharia cartográfica; o Serviço, absorvendo os encargos da Comissão Geral da Carta do Brasil, expande-se, reestrutura-se e passa a designar-se Serviço Geográfico do Exército.

ORGANIZAÇÃO

Atualmente, composto por uma Diretoria e seis Organizações Militares diretamente subordinadas, o SGE encontra-se desdobrado em todo o Território Nacional, de acordo com a articulação da Força Terrestre.

- Diretoria de Serviço Geográfico, sediada em Brasília e responsável pela coordenação e controle de todas as atividades afetas ao Serviço;
- 1ª Divisão de Levantamento, em Porto Alegre, responsável pelo apoio cartográfico na área do Comando Militar do Sul;
- 2ª Divisão de Levantamento, sediada em Brasília e atuando nas áreas dos Comandos Militares do Oeste e do Planalto;
- 3ª Divisão de Levantamento, em Olinda, com atuação na área do Comando Militar do Nordeste;
- 4ª Divisão de Levantamento, em Manaus, responsável pela área do Comando Militar da Amazônia;
- 5ª Divisão de Levantamento, no Rio de Janeiro, englobando as áreas dos Comandos Militares do Leste e do Sudeste;
- Centro de Cartografia Automatizada do Exército, em Brasília, responsável pela elaboração de documentos cartográficos assistidos por computador e pelo gerenciamento do Sistema de Informações Geográficas do Ministério.



Trabalho de medição de ângulos e medidas de longas distâncias

PROFÍCUA ATIVIDADE

Como integrante do Sistema Cartográfico Nacional, o Serviço Geográfico, além das missões estritamente militares, participa do mapeamento civil do Território Nacional, sendo responsável por cerca de 62% de nossas cartas na escala 1:100.000 e por 59% na de 1:250.000; pela demarcação de mais de 221.000 km²

de terras indígenas, equivalentes à área da Grã-Bretanha; pela locação e nivelamento dos pilares da ponte Rio-Niterói; pelo nivelamento de área superior a 5.200 km², na Bacia do Rio São Francisco, em apoio a projetos da CODEVASF, e pela normatização técnica da cartografia brasileira no que concerne às cartas topográficas nas escalas 1:25.000 a 1:250.000, de sua responsabilidade legal.

Em prol do Ministério do Exército, além do levantamento de 701 áreas patrimoniais, com superfície total de 144.000 ha, o SGE, atendendo ao Plano Cartográfico Básico do Exército, elabora diferentes tipos de documentos cartográficos, destinados a fins específicos:

- cartas temáticas de transitabilidade de blindados, com informações sobre os obstáculos existentes em determinada região e destinadas ao uso de unidades blindadas e mecanizadas;
- cartas de hidrografia, contendo dados sobre a rede hidrográfica, suas margens e leitos, sendo utilizadas nas operações de travessia de cursos d'água;
- cartas de pontos d'água e de águas subterrâneas, de uso potencial em caso de contaminação das águas de superfície e com vários e importantes dados sobre o lençol freático e sobre os pontos de captação das águas do subsolo;
- cartas militares, com uma síntese das informações contidas nas demais cartas temáticas e destinadas ao planejamento e à condução de operações militares de caráter geral;



Equipe em trabalho de demarcação de reserva indígena

- cartas de orientação, destinadas à prática e condução de campeonatos esportivos;
- imagens de emprego militar, cartas preliminares e provisórias, obtidas de imagens provenientes de plataformas orbitais, utilizadas quando a premência de tempo não permite a execução do mapeamento clássico, atividade demorada e onerosa.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Consoante com o recente desenvolvimento tecnológico e com programas de modernização da Força Terrestre, o Serviço, preocupado com as novas necessidades cartográficas requeridas pelo atual campo de batalha, estabeleceu o Programa de Automação de Cartografia, cuja resultante maior foi a criação do Centro de Cartografia Automatizada do Exército, que, quando de sua operacionalização plena, permitirá o apoio cartográfico rápido, contínuo, eficaz e com diversificadas formas de apresentação, exigência permanente de qualquer força armada moderna.

Comprometido com a necessidade de contínua atualização e de difusão do conhecimento acumulado, o SGE desenvolve constantes pesquisas de novos métodos e processos e promove a periódica edição de manuais e de informativos técnicos e a realização de estágios de especialização e treinamento destinados a seu próprio efetivo, a técnicos civis e a militares de nações amigas.

Assim é o Serviço Geográfico do Exército. Desbravando os segredos de nossas coxilhas e matas, torna-se o precursor do progresso nos rincões mais longínquos de nosso País.

Através de um trabalho abnegado e silente, seus integrantes, acreditando no que fazem, alicerçam o surgimento de novos empreendimentos nas cartas e mapas por êles produzidos, colaborando, dessa forma, para o bem-estar do cidadão brasileiro e o crescimento do nosso País, tornando-o mais seguro, mais desenvolvido e, principalmente, mais conhecido.



Ponte Rio-Niterói. Locação de pilares realizada pelo SGEx

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO
100 ANOS MAPEANDO O BRASIL

SISTEMA DE DOUTRINA BÁSICA DA FORÇA TERRESTRE (SIDOBE) – O QUE SE ESPERA DELE

O nosso Exército, por longo tempo, ressentiu-se da falta de um processo racional e lógico que fornecesse o rumo e apontasse objetivos a serem perseguidos na constante busca de definições e respostas para as clássicas perguntas:

- como deve ser organizada a Força Terrestre?
- como deve ser equipada e armada?
- como deve combater?

Sem dúvida alguma, as respostas a estas perguntas trazem, no seu contexto mais amplo, o conceito de doutrina de emprego de uma força militar, sem o que não será alcançada a sinergia necessária na aplicação do poder militar.

Até a década de 70, o Exército buscou orientar o seu emprego pelos exemplos fornecidos e em moldes adotados por outros países, sem levar em consideração as características próprias que compõem o quadro dentro do qual a Força tem probabilidades de ser empregada. Assim, pôde ser sentida a influência alemã, a francesa e a norte-americana, com as conseqüentes idas e vindas em termos de organização e equipamento da Força Terrestre.

No início da década de 70, com o término do acordo militar com os ESTADOS UNIDOS e a ampliação do parque industrial bélico nacional, o nosso Exército entrou na fase de afirmação em termos de doutrina, assim chamada por ser aquela que busca definir a sua identidade com o estabelecimento de conceitos próprios e princípios identificados com a nossa realidade e voltados para o atendimento de necessidades específicas, condicionadas pela evolução da ameaça em potencial.

A doutrina que se pretende é um corpo de conceitos, valores, métodos, processos, normas e princípios através dos quais a Força Terrestre se organiza, se instrui, se equipa e combate. Deve assegurar à Força o cumprimento da sua missão, além de orientar e coordenar o seu avanço para o futuro de modo organizado. Sua evolução está intimamente relacionada com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, com as hipóteses de guerra previstas e os ambientes operacionais onde possam ocorrer.

A concepção e a formulação da doutrina exigem um trabalho contínuo de pesquisa, avaliação e conclusões, tudo dentro de uma intransigente objetividade. Para fazê-lo, além de tomar por base uma realidade iniludível, os seus formuladores têm que empreender uma luta incessante contra o conservadorismo e a visão simplista de problemas complexos e originais. O trabalho não é estabelecido para uma guerra qualquer e, sim para um conflito que se admite possível dentro de antagonismos existentes.

RIDCOMA, RIDOSE, RESIDE e SINPRETEC — Relatórios de Informações Doutrinárias
PDD — Plano de Desenvolvimento da Doutrina; CONDOP — Condicionantes Operacionais

Dada a complexidade que envolve o trabalho de formulação de uma doutrina própria, considerando os princípios doutrinários como sendo a interação de fatores dos mais diversos e, ainda, buscando fugir ao empirismo, dinamizando o processo, foi criado, pela Portaria Ministerial nº 865, de 20 de agosto de 1987, o SISTEMA DE DOUTRINA BÁSICA DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE – SIDOBE, consubstanciado nas IG 20-13.

A implantação e o acompanhamento do SIDOBE, atribuição da 3ª Subchefia do EME, tem como finalidade promover a consolidação e o desenvolvimento da Doutrina Básica de Emprego, visando, sobretudo, ao seu ajustamento permanente às necessidades da Força Terrestre e à evolução científica e tecnológica, a par de dinamizar todo o processo de planejamento, de formulação e de validação da doutrina.

Todo o Sistema assenta-se, basicamente, sobre informações doutrinárias recebidas pelo EME em forma de relatórios anuais da área operacional, da área de ensino, do campo externo e da área de ciência e tecnologia. Esses relatórios, após analisados e consolidados, dão corpo ao Quadro da Situação da Doutrina (QSD), documento básico que orienta a definição de programas e projetos sobre elaboração ou atualização de Quadros de Organização (QO), Manuais e Requisitos Operacionais Básicos (ROB) para a obtenção dos Materiais de Emprego Militar (MEM), produtos finais de todo o Sistema.

O QSD fornece, ainda, temas que devem ser objetos de seminários e experimentações doutrinárias que, por sua vez, podem gerar projetos, dando dinamismo a todo o Sistema e adequando-o à necessidade de constante evolução, dentro das condicionantes que norteiam o processo.

A credibilidade das conclusões apontadas nos diferentes projetos definidos pelo EME advém da execução dos mesmos por organização militar apoiada por um estabelecimento de ensino ou vice-versa, fazendo interagir o conhecimento prático da execução com a teoria que lhe dá fundamento.

O advento das IG 20-13 – Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre – veio preencher a lacuna existente na organização sistêmica do Exército, permitindo a racionalização e o desenvolvimento de um senso lógico, apontando rumos e definindo objetivos.

Do conhecimento do SIDOBE e da importância com que forem tratados os assuntos doutrinários pelo escalões envolvidos, dependerá a consistência do resultado final.

E assim, saberemos como organizar, equipar e empregar a Força Terrestre, adequando-se à estrutura político-estratégica do BRASIL moderno, obtendo o máximo de rendimento na aplicação do poder militar.

A DOUTRINA É A PERSONALIDADE DO EXÉRCITO!

RICARDO FRANCO e o FORTE DE COIMBRA

SUA VIDA E SEU TEMPO

Ricardo Franco de Almeida Serra nasceu, em Portugal, em 1748 e faleceu, em 1809, no Brasil.

Diplomado como Ajudante de Infantaria, com exercício de Engenheiro, pela Academia Real Militar, em Portugal, permaneceu, por mais de dez anos, ligado a atividades técnicas. Sobressaíram-se, entre elas, a confecção da planta da cidade de Coimbra e a ampliação da sua Universidade.

Em 1780, chegou ao Brasil e, dos numerosos e importantes trabalhos aqui realizados, destacaram-se: o reconhecimento do rio Branco, no Amazonas; os levantamentos dos rios Aguapeí e Barbados; o levantamento e mapeamento hidrográfico do Madeira, do Mamoré e do Guaporé; e o plano de obras e a construção do Forte de Coimbra.



ESPÍRITO DE SOLDADO ALIADO AO DE ENGENHEIRO

Em agosto de 1797, assume o comando da Fronteira Sul e o da Praça Militar de Coimbra.

Os vinte e sete anos ininterruptos de prática de engenharia civil não haviam tirado de Ricardo Franco o seu espírito de soldado. Com este enfoque analisa a situação, percebe a vulnerabilidade e conclui:

— "Aqui se faz necessário um forte e não uma paliçada!"

Escolhe nas proximidades um local onde o morro avança até a beira do rio, com escarpas inacessíveis, formando barrancas rochosas e a pique.

A posição se caracteriza como excelente ponto de observação de onde se descortina todo o horizonte.

Não desanima com a dificuldade de realizar obras na encosta. Nos pontos fracos, dá maior vulto à muralha e a dispõe de uma linha de seteiras que permitem responder aos assaltos de revés ou de retaguarda.

No decorrer da obra, mostram-se cada vez mais as suas qualidades de soldado ligadas às de engenheiro e, em um documento oficial, enviado ao Ministro do Reino, elas são reconhecidas.

"O Tenente Coronel Ricardo Franco foi o que me propôs esta obra, foi o primeiro que conheceu a sua necessidade e o que a tem continuado até o ponto em que se acha, com a mesma guarnição, e quase sem despesa da real fazenda, servindo ele de arquiteto, de feitor, de mestre pedreiro e carpinteiro".

POSTO À PROVA, O SUCESSO

Em março de 1801, a Espanha, aliada à França, declarou guerra a Portugal, que se aliara à Inglaterra.

O conhecimento desse ato chegou ao Rio em junho, a Buenos Aires em julho e a Assunção no início de agosto.

Em 16 de setembro, as autoridades matogrossenses ainda desconheciam o episódio.

D. Lázaro de Ribera, em Assunção, com um mês e meio de preparação de marcha, subiu o rio Paraguai para atacar o Forte de Coimbra. Contava com mais de 600 homens de desembarque, mais de 100 da guarnição dos navios, várias canoas com 200 índios paiaguás, além de 200 infantes que marchavam por terra, em reforço.

Coimbra contava com 37 dragões — a tropa de linha permanente — 12 pedestres, 60 paisanos, entre os quais 20 eram "Henriques Velhos" (negros velhos), auxiliares e crianças.

Lançada a intimação de rendição por Lázaro de Ribera, Ricardo Franco, de forma serena e altiva, reconhecendo sua inferioridade numérica, porém confiante no trabalho realizado em sua Praça Militar, expediu sua resposta:

"... a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem seus postos e defendê-los até os dois extremos, ou de repelir o inimigo ou de sepultar-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram; nesta resolução estão todos os defensores deste Presídio, que têm a distinta honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exª ...".

Desconcertante a resposta. Desconcertante o combate. Os espanhóis não logram vitória, nem vantagens. A posição se tornara inexpugnável. De uma trégua de dois dias aproveitou-se para o carregamento de cartuchos de fuzis, para a moldagem de balas de chumbo destinadas às peças e para o reabastecimento de água e lenha.

Os combates ocorreram de 17 a 24 de setembro, quando a frota castelhana, desistindo da ação, iniciou a descida do rio.

Foi grande a comemoração em todas as guarnições da Capitania.

Maior ainda é o reconhecimento que se tem por este herói, que adotou nossa terra como segunda pátria e nela consumiu seus últimos dias.

Os restos mortais de Ricardo Franco estão, ainda hoje, na capela N. S. do Carmo, em Coimbra. Capela e panteão, cuja construção rústica, vale pelo conteúdo e não pelo continente.

Ao insigne paladino do dever que, como soldado, exerceu as funções de engenheiro, o preito de admiração e respeito do nosso Exército.

RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA
PATRONO DO QUADRO DE ENGENHEIROS MILITARES

PARANAPANEMA



Da prospecção ao produto final.
Pioneirismo, investimento em alta tecnologia
e trabalho sério, sempre presentes.
Garantia de Solidez.

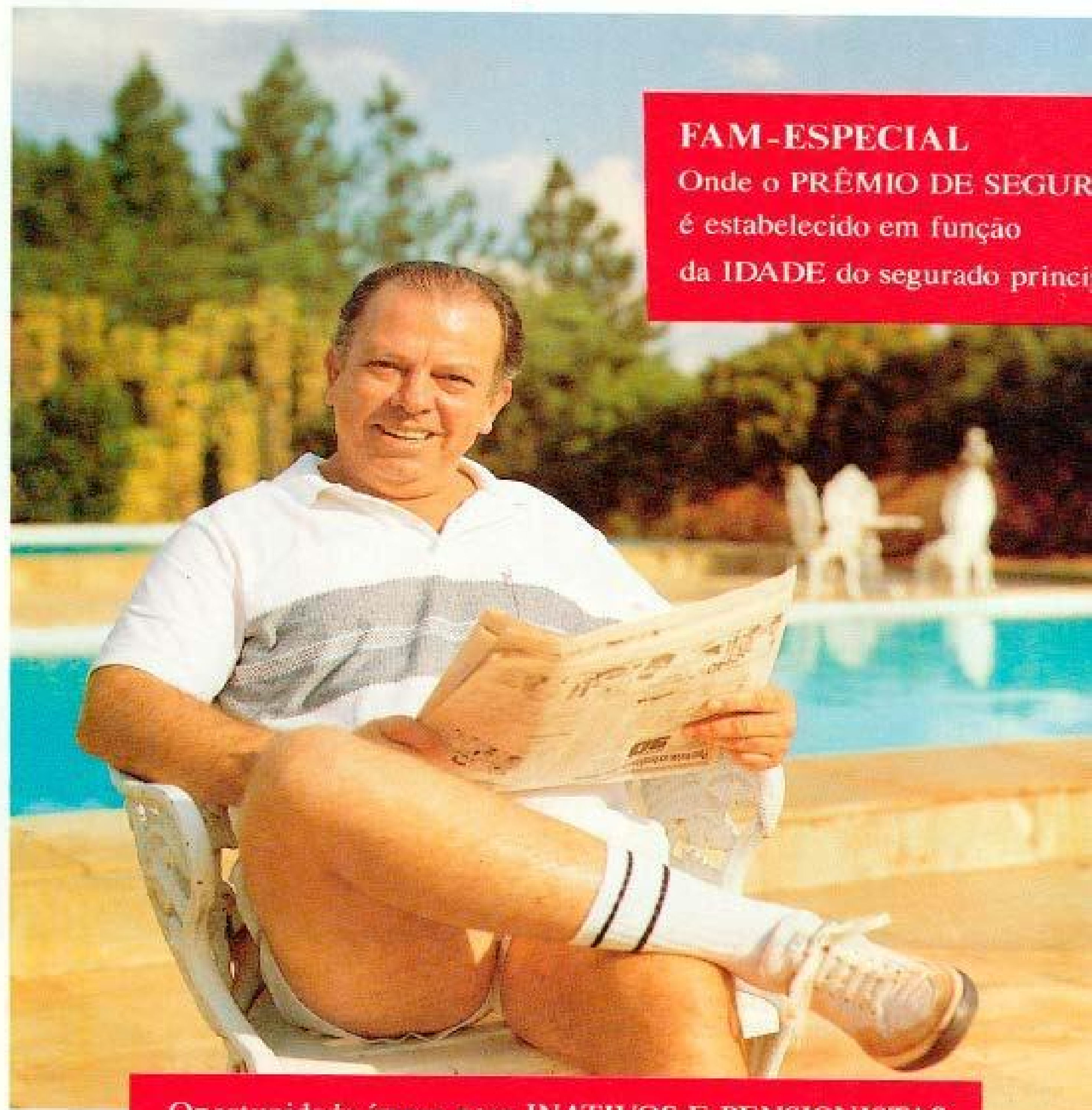
PARANAPANEMA

Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção
Companhia de Capital Aberto
Rua Haddock Lobo, 578 - 11.º andar 01414 São Paulo SP Brasil
CGC MF 60.398.369/0001-26

UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO AÇÃO

abrasca companhia associada

Se idade é uma questão de cabeça, a sua agora está a prêmio.



Oportunidade ímpar para INATIVOS E PENSIONISTAS
das Forças Armadas

INFORMAÇÕES
Organizações Militares do Exército
Seções de Inativos e Pensionistas
Representações da FHE, junto aos Comandos de Área